



## **INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO**

Mestrado de Gestão Financeira

# **A Importância da Contabilidade na Análise Financeira das Empresas: Estudo de um Caso**

**DIOGO XAVIER TEIXEIRA RIBEIRO**

Dissertação apresentada no Instituto Superior de  
Gestão para obtenção do Grau de Mestre em  
Gestão Financeira

Orientador: Prof. Dr. Henrique Nuno Esteves dos  
Santos Moraes

**LISBOA**

**2021**

## **RESUMO**

A presente dissertação incide sobre a importância da informação financeira produzida pela contabilidade, na análise de equilíbrio financeiro e do desempenho económico das empresas. Para tal foi feita uma revisão de literatura de enquadramento ao tema e depois a análise empírica de um caso prático. Desta forma será possível concluir sobre a situação económica e financeira da empresa estudada, com base na informação contabilística escolhida após o seu adequado tratamento.

Palavras-Chave: Sistema de Normalização Contabilística, Demonstrações Financeiras, Equilíbrio Financeiro e Desempenho Económico.

## **ABSTRACT**

This paper focus on the importance of financial information provided by accounting on the analysis of financial equilibrium and economic performance of companies. It was carried out a literature review and then an empirical analysis of a practical case based on the financial statements. Thus, rooted in the accounting information of the chosen company, and after proper treatment, it will be possible to draw conclusions about their economic and financial situation.

Keywords: Accounting Normalization System, Financial Statements, Financial Equilibrium and Economic Performance.

## AGRADECIMENTOS

Uma dissertação de mestrado inclui um caminho longo até se chegar ao resultado final. A minha tese não foi exceção e foram várias as pessoas que me apoiaram de diversas formas. Posto isto, passo a reconhecer a generosidade de cada uma delas em forma de agradecimento público.

Aos meus pais e avó, agradeço o companheirismo, compreensão e, sobretudo, a insistência deles ao lembrarem-me constantemente que este é o caminho correto a seguir. O caminho da formação e da aprendizagem.

Ao meu irmão, agradeço a amizade e, principalmente, o apoio incondicional. As suas capacidades motivacionais, fizeram aperceber-me da importância da realização desta tese de mestrado e nunca me deixaram desistir do meu percurso. A ele devo-lhe grande parte desta concretização académica.

Ao meu orientador, Professor Doutor Henrique Morais, agradeço a orientação exímia prestada desde o primeiro dia em que lhe foi feito o convite. Apesar da distância de 300 km, entre Lisboa e o Porto, e 3 anos após o início desta etapa, o professor sempre acreditou em mim e, além de me ter transmitido o máximo de conhecimento possível para eu enriquecer todas as etapas subjacentes à realização da minha dissertação, transmitiu-me também valores éticos e morais porque nem só de conhecimento científico é feito o ser humano. Obrigado pela amizade, Henrique!

A toda a equipa da “Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.” liderada pelo Dr. Fernando Peixinho, agradeço a generosidade na transmissão de dados contabilísticos que foram ponto fulcral no desenvolvimento deste estudo de análise.

Por fim ,mas não menos importantes, o meu agradecimento a todos os amigos e colegas pelo companheirismo nesta nossa etapa curricular do ISG. Obrigado A. Cristóvão, A. Silva, Beatriz, Daniel, Daniela, Hugo, João, Luís, Niel, P. Dias, P. Jasse, P. Nogueira, Rafael, Ricardo, Sandra e Tânia.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**CEE** – Comunidade Económica Europeia

**CMVMC** – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

**CNC** – Comissão de Normalização Contabilística

**FM** – Fundo de Maneio

**IAPMEI** – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

**IASB** – *International Accounting Standard Board*

**NIC** – Normas Internacionais de Contabilidade

**NCRF** – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

**NCRF-PE** – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Empresas

**NFM** – Necessidades de Fundo de Maneio

**POC** – Plano Oficial de Contabilidade

**POC/77** – Plano Oficial de Contabilidade aprovado em 1977

**POC/89** – Plano Oficial de Contabilidade aprovado em 1989

**SNC** – Sistema de Normalização Contabilística

# ÍNDICE

RESUMO.....	i
ABSTRACT .....	ii
AGRADECIMENTOS .....	iii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	iv
ÍNDICE DE TABELAS .....	vii
ÍNDICE DE GRÁFICOS .....	viii
ÍNDICE DE FÓRMULAS .....	ix
ÍNDICE DE ANEXOS .....	x
INTRODUÇÃO .....	1
Capítulo I – Revisão de Literatura .....	3
1. A Normalização Contabilística Portuguesa.....	3
2. Estrutura do Sistema de Normalização Contabilística .....	5
2.1. Estrutura Conceptual.....	5
2.2. Bases para a Preparação das Demonstrações Financeiras .....	10
2.3. Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro .....	11
3. Aplicação do SNC.....	12
3.1. Entidades que Aplicam as Normas Internacionais de Contabilidade .....	12
3.2. Entidades que Aplicam as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro .....	12
3.3. Entidades que Aplicam a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades .....	12
4. Tipos de Demonstrações Financeiras .....	13
4.1 Demonstração de Resultados .....	14
4.2. Balanço Funcional.....	15
5. Equilíbrio Económico-Financeiro Global .....	16
5.1. Equilíbrio Financeiro de Curto Prazo.....	16
5.2. Equilíbrio Financeiro de Médio e Longo Prazo.....	20
Capítulo II – Estudo Empírico.....	22
6. Âmbito e Objetivo de Investigação .....	22
7. Caracterização da Empresa .....	22
8. Metodologia de Investigação .....	23

9. Evolução dos Diferentes Agregados das Demonstrações Financeiras .....	24
9.1 Evolução da Empresa com Base na Demonstração de Resultados .....	24
9.2 Evolução da Empresa com Base no Balanço Funcional .....	28
10. Análise Detalhada das Condições de Equilíbrio Financeiro.....	32
10.1. Equilíbrio Financeiro de Curto Prazo.....	32
10.2. Equilíbrio Financeiro de Médio e Longo Prazo.....	37
11. Ilacões a Retirar do Presente Caso para a Gestão Financeira .....	38
12. Limitações do Estudo.....	41
13. Sugestões para Futura Investigação .....	42
CONCLUSÕES .....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	44
WEBGRAFIA.....	46

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Resumo dos Diplomas Aprovados do POC ao SNC .....	4
Tabela 2: Demonstração de Resultados .....	24
Tabela 3: Margem Bruta de Exploração .....	26
Tabela 4: Gastos com Deslocações, Estradas e Transportes.....	26
Tabela 5: Rácios das Rentabilidades .....	27
Tabela 6: Balanço Funcional .....	29
Tabela 7: Valores dos Ativos Fixos Tangíveis e Respetivas Depreciações .....	31
Tabela 8: Indicadores de Tesouraria .....	33
Tabela 9: Liquidez Geral e Reduzida .....	34
Tabela 10: Rácios de Funcionamento da Empresa Alfa e Valores Médios do Respetivo Setor.....	35
Tabela 11: Rácios de Estrutura de Capitais .....	37



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Margem Bruta de Exploração .....	25
Gráfico 2: Rácios das Rentabilidades .....	28
Gráfico 3: Indicadores de Tesouraria .....	33
Gráfico 4: Prazo Médio de Recebimentos da Empresa Alfa e Valores Médios do Respetivo Setor.....	35
Gráfico 5: Prazo Médio de Pagamentos da Empresa Alfa e Valores Médios do Respetivo Setor.....	36
Gráfico 6: Prazo Médio de Rotação de Inventários da Empresa Alfa e Valores Médios do Respetivo Setor .....	36

## ÍNDICE DE FÓRMULAS

Fórmula 1: Rácio da Margem Bruta de Exploração.....	14
Fórmula 2: Rácio da Rentabilidade do Capital próprio .....	15
Fórmula 3: Rácio da Rentabilidade do Ativo .....	15
Fórmula 4: Rácio da Rentabilidade das Vendas .....	15
Fórmula 5: Indicador de Fundo de Maneio.....	17
Fórmula 6: Indicador de Necessidades de Fundo de Maneio .....	18
Fórmula 7: Indicador de Tesouraria Líquida.....	18
Fórmula 8: Rácio de Liquidez Geral .....	18
Fórmula 9: Rácio de Liquidez Reduzida.....	19
Fórmula 10: Rácio de Liquidez Imediata .....	19
Fórmula 11: Rácio do Prazo Médio de Recebimentos .....	19
Fórmula 12: Rácio do Prazo Médio de Pagamentos .....	20
Fórmula 13: Rácio da Rotação de Inventários .....	20
Fórmula 14: <i>Rácio da Autonomia Financeira</i> .....	21
Fórmula 15: Rácio da Solvabilidade .....	21

## ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo A: Demonstração de Resultados da Empresa Alfa .....	xi
Anexo B: Balanço Funcional da Empresa Alfa .....	xii
Anexo C: Balanço Analítico da Empresa Alfa.....	xiii
Anexo D: Rácios Económico-financeiros do Setor da Empresa Alfa.....	xiv

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação insere-se no âmbito do plano de estudos do Mestrado em Gestão Financeira do Instituto Superior de Gestão. De acordo com a metodologia apresentada, esta tese de mestrado tem como objetivo interpretar o alcance e a importância da informação económico-financeira obtida a partir da contabilidade de uma empresa.

Para tanto, esta dissertação inicia-se com uma revisão de literatura relacionada com o tema, na qual se procura explicar os conteúdos e a estrutura conceptual subjacentes à produção de informação financeira, relevando as suas características e as fases para a sua preparação. Em seguida, e ainda no domínio da revisão bibliográfica, será possível desenvolver uma abordagem às condições de equilíbrio financeiro no curto, médio e longo prazo, bem como, apresentar um conjunto de fórmulas que utilizam informação contabilística e das quais resultam os rácios económico-financeiros.

Após coligada toda esta informação e com o intuito de justificar a importância da contabilidade na análise financeira, iniciar-se-á o estudo de um caso suportado na informação contabilística de uma entidade do setor agroalimentar, auditada e sujeita à revisão legal de contas, a qual permite ter uma segurança reforçada sobre a fiabilidade das suas demonstrações financeiras e à qual eu atribuirei o nome fictício de empresa Alfa para não comprometer o seu direito ao sigilo.

Como tal, a metodologia dividir-se-á em várias partes, apesar de relacionadas entre si. Primeiramente, proceder-se-á à recolha da demonstração dos resultados por natureza e do balanço funcional e analítico da empresa Alfa. Numa primeira fase, essa extração de dados servirá para se obter uma perspetiva da sua evolução, analisando rubrica a rubrica o seu desempenho financeiro. Ainda nesta primeira fase serão determinados a margem bruta de exploração e os rácios de rentabilidade do capital próprio, do ativo e das vendas tendo em conta os diferentes horizontes de tempo. Posteriormente estes indicadores serão analisados e os seus resultados levarão à interpretação do desempenho económico e, por conseguinte, à capacidade de autofinanciamento da empresa Alfa durante os anos em estudo.

De seguida e, após a recolha de toda a informação evolutiva anterior devidamente triada, serão calculados os principais rácios de equilíbrio financeiro

de curto, médio e longo prazo dos quais fazem parte: (a) indicadores de tesouraria; (b) rácios de liquidez; (c) rácios de estrutura de capitais; e (d) rácios de funcionamento, sendo que estes últimos serão comparados com a média de rácios de funcionamento do setor da empresa Alfa.

Na etapa seguinte serão apresentadas as ilações a retirar do presente estudo de caso para a gestão financeira e ainda as limitações encontradas ao longo da dissertação, bem como, sugestões para futura investigação. Finalmente procurar-se-á extrair as conclusões acerca da dissertação realizada.

## **Capítulo I – Revisão de Literatura**

### **1. A Normalização Contabilística Portuguesa**

Poucos meses após a revolução de 25 de abril de 1974, em novembro do mesmo ano, foi criada uma “Comissão para o estudo da normalização contabilística das empresas” pelo então Secretário de Estado do Orçamento, António da Costa Leal. Em agosto de 1975, a Secretaria de Estado do Orçamento publicou a “Normalização Contabilística – 1.<sup>a</sup> fase”, com o intuito de dar a conhecer a 1.<sup>a</sup> ordem de trabalhos da Comissão nomeada em novembro de 1974 (Costa & Alves, 2014). Ferreira e Regojo (1996) afirmaram que o processo de regulamentação da contabilidade em Portugal ficou marcado, em 1976, pela criação da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), sendo que esta comissão ficou institucionalizada apenas em 7 de fevereiro de 1977 com a publicação do Decreto-Lei n.º 47/77. Foi também publicado no Decreto-Lei n.º 47/77 o primeiro Plano Oficial de Contabilidade (abreviadamente designado de POC/77) e foi este marco que deu início à normalização contabilística portuguesa (Costa & Alves, 2014).

Após a adesão de Portugal à União Europeia, anteriormente designada por Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1 de janeiro de 1986, a normalização contabilística portuguesa teve de ser ajustada em relação a diversas matérias, de modo a dar cumprimento a 2 diretivas, nomeadamente (a) 4.<sup>a</sup> diretiva (78/660/CEE), relacionada com a maneira como certas formas de sociedades apresentam as suas contas anuais; e (b) 7.<sup>a</sup> diretiva (83/349/CEE), a qual corresponde ao modo como se formulam as contas e respetiva consolidação, no que às sociedades de regime de grupo diz respeito (Ferreira, 1992). Tais alterações levaram a CNC a trabalhar na reformulação do POC/77, passando a chamar-se de POC/89 (abreviadamente designado de POC/89), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro, o qual acolheu a 4.<sup>a</sup> Diretiva e passou a ser implementado a partir do dia 1 de janeiro de 1990. Mais tarde foi feita uma segunda reformulação com a adoção da 7.<sup>a</sup> Diretiva, publicada pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de julho (Santos, 2002). De notar, que ao longo dos anos, o POC/89 foi sucessivamente atualizado pela CNC que publicou 4 Interpretações Técnicas e 29 Diretrizes Contabilísticas, 20 das quais diretamente influenciadas pelas Normas

Internacionais de Contabilidade (NIC), criadas pelo *International Accounting Standard Board (IASB)* (Guimarães, 2011). O POC/89 também sofreu alterações por vários diplomas que estão resumidos na Tabela 1 e que adiante se apresenta.

Em 15 de janeiro de 2003, a CNC elaborou um documento intitulado “Projeto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo de Normalização Contabilística”, tendo sido este documento uma plataforma essencial para a posterior aprovação do atual Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com a entrada em vigor a 1 de janeiro de 2010, através do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. No entanto, a CNC tinha apontado a sua implementação para o ano de 2008 (Guimarães, 2011). A aprovação do SNC veio colmatar várias lacunas, satisfazendo necessidades a nível da contabilidade nacional, tal como foi referido pelo Prof. Doutor Rogério Fernandes Ferreira de (1997, p. 120) a seguir transcrita: *“A Normalização Contabilística deverá assentar em nova ordem de preocupações, convindo formular advertências que evitem cometimento de excessos. A Contabilidade Portuguesa e o seu estudo não pode ser só POC”*.

A Tabela 1 contém, de forma resumida, os diplomas aprovados desde a implementação do Plano Oficial de Contabilidade (POC) até à introdução do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Tabela 1: *Resumo dos Diplomas Aprovados do POC ao SNC*

Legislação	Descrição
- Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro	Aprovação do Plano Oficial de Contabilidade (POC/77).
- Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro	Aprovação do Plano Oficial de Contabilidade (POC/89).
- Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de julho	Aprovação das normas de consolidação de contas.
- Decreto-Lei n.º 29/93, de 12 de fevereiro	Alargamento do prazo de suspensão previsto no artigo 4.º do Decreto-Lei 410/89, de um período máximo de 3 anos para 4.
- Decreto-Lei n.º 127/95, de 1 de julho	Introdução de alterações ao Decreto-Lei n.º 238/91 que consiste fundamentalmente em alargar o campo de aplicação das contas anuais e contas consolidadas a certas formas de sociedade.
- Decreto-Lei n.º 44/99, de 12 de fevereiro	Adoção do Sistema de Inventário Permanente e da Demonstração de Resultados por Funções.

Fonte: Adaptado de [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/sitecnc\\_poc.htm](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/sitecnc_poc.htm) e Guimarães (2010)

Tabela 1: *Resumo dos Diplomas Aprovados do POC ao SNC (continuação)*

Legislação	Descrição
- Decreto-Lei n.º 88/2004, de 20 de abril	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2001/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro, relativa às regras de valorimetria aplicáveis às contas individuais e consolidadas de certas formas de sociedades, bem como dos bancos e de outras instituições financeiras.
- Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro	Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/51/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho, que altera as Diretivas n.ºs 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE, do Conselho, relativas às contas anuais e às contas consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros, prevendo a possibilidade de as entidades às quais não se apliquem as NIC optarem pela sua aplicação nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho.

Fonte: Adaptado de [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/sitecnc\\_poc.htm](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/sitecnc_poc.htm) e Guimarães (2010)

## 2. Estrutura do Sistema de Normalização Contabilística

### 2.1. Estrutura Conceptual

A estrutura conceptual é uma componente básica do SNC, publicado pelo Aviso n.º 15652/2009, do Diário da República n.º 173, Série II, de 7 de setembro de 2009, que assenta nos pilares da estrutura conceptual do *IASB*, constante do anexo 5 das “*Observações relativas a certas disposições do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho*”, publicado pela Comissão Europeia (CE) em novembro de 2003. Existem divergências entre autores na definição de estrutura conceptual visto que, a sua noção concreta não está explícita no documento da estrutura conceptual que faz parte do *IASB* e do SNC. Por um lado, existem autores que concordam com Miller (1990, p. 23) o qual afirma que “*estrutura conceptual define um conjunto de termos e conceitos que podem utilizar-se ao identificar e debater diferentes questões. É, pois, um produto da regulamentação contabilística*”. Por outro lado, alguns autores defendem a posição de Trigo (1991, p. 19), em que este refere que a estrutura conceptual é “*uma interpretação da teoria geral da contabilidade, mediante a qual se estabelecem, através de um itinerário lógico-dedutivo, os fundamentos teóricos em que se apoia a informação financeira*”. Guimarães (2007, p. 46) deu uma definição



mais simples em que refere que a estrutura conceptual é “*um conjunto organizado de conceitos da contabilidade*”.

### **2.1.1. Objetivo**

De acordo com o explicitado no Aviso n.º 15652/2009, do Diário da República, 2.<sup>a</sup> Série, N.º173, de 7 de setembro de 2009, a estrutura conceptual estabelece conceitos que funcionam como suporte para a elaboração e comunicação das demonstrações financeiras, para que estas possam ser usadas por utilizadores externos. O principal foco da estrutura conceptual é o de auxiliar: (a) os responsáveis da criação da informação financeira a aplicarem as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF); e (b) os utilizadores a interpretarem a informação fornecida pelas demonstrações financeiras. Sublinha-se o facto de a CNC ter reconhecido que, por vezes, podem existir divergências entre a estrutura conceptual e as NCRF. Caso se evidencie este caso, os requisitos da NCRF predominam em relação à estrutura conceptual.

### **2.1.2. Âmbito**

Nos preceitos definidos do Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro de 2009, que constitui o SNC (parágrafos 5 a 7), a estrutura conceptual concretiza os seguintes tópicos: “(a) o *objetivo das demonstrações financeiras*; (b) as *características qualitativas que determinam a qualidade da informação contida nas demonstrações financeiras*; (c) a *definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos a partir dos quais se constroem as demonstrações financeiras*; e (d) os *conceitos de capital e de manutenção de capital*”. Para Guimarães (2007), são vários os profissionais que utilizam as demonstrações financeiras como pilares fundamentais na obtenção de informação financeira e, por isso, é suposto que essas demonstrações financeiras sejam criadas e dadas a conhecer tendo em conta as necessidades de cada utente.

### **2.1.3. Objetivo das Demonstrações Financeiras**

De acordo com o Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho de 2015, que constitui o SNC (parágrafo 12), o principal foco das demonstrações financeiras centra-se na apresentação de informação: *“(a) da posição financeira; (b) do desempenho económico; e (c) das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um largo conjunto de utentes na tomada de decisões económicas”*. As demonstrações financeiras que são feitas com estes objetivos acabam por responder à maior parte das necessidades dos utilizadores de informação contabilística. No entanto, dentro demonstrações financeiras, existem várias lacunas que fragilizam a tomada de decisões económicas por parte dos utilizadores uma vez que elas, na maior parte das vezes, refletem uma análise do passado e não acrescentam obrigatoriamente detalhes financeiros.

### **2.1.4. Pressupostos Subjacentes**

São dois os princípios essenciais à preparação das demonstrações financeiras: (a) o regime contabilístico de acréscimo; e (b) continuidade. Quanto ao regime contabilístico de acréscimo, em cada período contabilístico são reconhecidos e revistos todos os rendimentos e ganhos, gastos e perdas que tenham ocorrido nesse período, independentemente do momento em que seja feito o seu pagamento ou o seu recebimento. O segundo pressuposto refere-se a uma entidade que está em continuidade e que se manterá constante no futuro previsível (Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro de 2009).

### **2.1.5. Características Qualitativas e Respetiva Definição**

Segundo o Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho de 2015 (parágrafo 23) *“as características qualitativas são os atributos que existem para tornarem a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. As quatro principais características qualitativas são: (a) a compreensibilidade; (b) a relevância, (c) a fiabilidade; e (d) a comparabilidade”*. Começando pela compreensibilidade, esta característica é imprescindível para os utilizadores para que a informação das demonstrações financeiras seja facilmente interpretada.

Como não podia deixar de ser, é também relevante que esses mesmos utilizadores tenham o mínimo de conhecimento na área da contabilidade e finanças. A informação contabilística deve ser adequada, na medida em que os seus utilizadores possam fazer uma previsão de eventuais situações futuras ou então uma correção de acontecimentos do passado. A informação tem também de ser fiável para ser útil, ela é fiável quando está livre de erros materiais e preconceitos. Por fim, em relação à comparabilidade, é importante haver comparação entre demonstrações financeiras, nos vários horizontes de tempo, com o objetivo de serem reveladas certas tendências acerca do desempenho financeiro das empresas. Além disso, é relevante haver a comparação entre demonstrações financeiras de várias empresas com o objetivo de se encontrar diferenças significativas na sua situação financeira.

#### **2.1.6. Constrangimentos à Informação Relevante e Fiável**

Ainda de acordo com Almeida et al. (2010), tempestividade e a ponderação entre o benefício e o custo apresentam-se como constrangimentos à informação relevante e fiável, se houver atraso no relato de informação financeira, esta pode perder a sua relevância. A ponderação entre o benefício e o custo apresenta-se também como um constrangimento, na medida em que os benefícios que advêm da informação devem ser superiores aos custos que a proporcionam.

#### **2.1.7. Definição, Reconhecimento e Mensuração**

Segundo o Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro de 2009, são 3 os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição financeira: (a) os ativos; (b) os passivos; e (c) o capital próprio. A definição de cada um deles segue-se de acordo com Almeida et al. (2010): (a) um ativo é um recurso controlado pela entidade e resulta de acontecimentos passados, do qual se espera que fluam para a entidade benefícios económicos futuros; (b) um passivo é uma obrigação presente da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte através de pagamentos ou saídas de caixa por parte da entidade; e (c) capital próprio é a diferença entre os ativos e os passivos depois da entidade deduzir todos os seus passivos.

Os elementos de rendimentos e de gastos são definidos como se segue: (a) rendimentos são aumentos nos benefícios económicos durante o período contabilístico; e (b) gastos são diminuições nos benefícios económicos durante o período contabilístico (Almeida et al., 2010). Ainda segundo Almeida et al. (2010), um item que satisfaça a definição de uma classe deve ser reconhecido se: (a) for provável que qualquer benefício económico futuro associado com o item, fluirá para ou da entidade; e (b) o item tiver um custo ou um valor que possa ser mensurado com fiabilidade. Segundo o Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro de 2009, mensuração é o processo de determinar as quantias monetárias pelas quais os elementos das demonstrações financeiras deviam ser reconhecidos e inscritos no balanço e na demonstração dos resultados. Este processo requer a seleção da base particular de mensuração.

São utilizadas diferentes bases de mensuração em graus diferentes e em variadas combinações nas demonstrações financeiras. Fazem parte dessas bases de mensuração: (a) custo histórico; (b) custo corrente; (c) valor realizável; (d) valor presente; e (e) justo valor (Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro de 2009). Para Almeida et al. (2010), no custo histórico, os ativos são registados pela quantia de caixa. Os passivos são registados pela quantia dos lucros obtidos em troca da obrigação, ou em algumas circunstâncias (por exemplo, impostos sobre o rendimento). Quanto ao custo corrente, os ativos são registados pela quantia de caixa ou de equivalentes de caixa que teria (m) de ser paga (os) se o mesmo ou um ativo equivalente fosse correntemente adquirido. Os passivos são registados pela quantia não descontada de caixa, ou de equivalentes de caixa, que seria necessária para liquidar correntemente a obrigação.

Ainda de acordo com Almeida et al. (2010), corresponde ao valor realizável (de liquidação), os ativos que são registados pela quantia de caixa, ou equivalentes de caixa. Os passivos são escriturados pelos seus valores de liquidação, isto é, as quantias não descontadas de caixa; no valor presente, os ativos são escriturados pelo valor presente descontado dos futuros fluxos líquidos de caixa que se espera que o item gere no decurso normal dos negócios. Os passivos são escriturados pelo valor presente descontado das futuras entradas de caixa que se espera que sejam necessários para liquidar os passivos no decurso normal dos negócios. Por fim, entende-se por justo valor, quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou

um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas.

#### **2.1.8. Conceitos de Capital e de Manutenção de Capital**

O conceito de manutenção de capital está ligado à forma como uma entidade define o capital que procura manter. Proporciona a ligação entre os conceitos de capital e os conceitos de lucro porque proporciona o ponto de referência pelo qual o lucro é mensurado; é um pré-requisito para distinguir entre o retorno sobre o capital da entidade e o retorno do seu capital; só os recebimentos ou entradas de caixa em excesso das quantias necessárias para manter o capital podem ser vistas como lucro e, por conseguinte, como um retorno sobre o capital. A partir deste facto, o SNC infere que o lucro é a quantia residual que permanece após os gastos terem sido deduzidos dos rendimentos. Se os gastos excederem os rendimentos, a quantia residual é um prejuízo (Almeida et al., 2010).

### **2.2. Bases para a Preparação das Demonstrações Financeiras**

#### **2.2.1. Âmbito, Finalidade e Componentes**

Ainda segundo Almeida et al., 2010, as bases para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidades gerais estabelecem os requisitos globais que permitem assegurar a comparabilidade, quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade quer com as demonstrações financeira de outras entidades. O reconhecimento, a mensuração, a divulgação e os aspetos particulares de apresentação de transações específicas e outros acontecimentos são tratados nas NCRF.

O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação acerca: (a) da posição financeira; (b) do desempenho económico; e (c) das alterações na posição financeira que seja útil a uma vasta gama de utentes na tomada de decisões económicas. Para a satisfação deste objetivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação de uma entidade acerca do seguinte: (a) ativos; (b) passivos; (c) capital próprio; (d) rendimentos; (e) gastos (gastos e perdas); (f) outras alterações no capital próprio; e (g) fluxos de caixa. Um

conjunto completo de demonstrações financeiras inclui: (a) um balanço; (b) uma demonstração dos resultados; (c) uma demonstração das alterações no capital próprio; (d) uma demonstração dos fluxos de caixa; e (e) um anexo em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas NCRF. A apresentação apropriada das demonstrações financeiras exige a representação fidedigna dos efeitos das transações, outros acontecimentos e condições de acordo com as definições e critérios de reconhecimento para ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual. Presume-se que a aplicação das NCRF, com a divulgação adicional quando necessária, resulta em demonstrações financeiras que alcançam uma apresentação apropriada (Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro de 2009).

### **2.2.2. Consistência de Apresentação**

Segundo Almeida et al. (2010), a apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras devem ser conservadas ao longo do tempo, a menos que: (a) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações da entidade ou uma revisão das respetivas demonstrações financeiras, que outra apresentação ou classificação seria mais apropriada, levando em conta os critérios para a seleção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF aplicável; e (b) uma NCRF estabeleça uma alteração na apresentação. Uma entidade altera a apresentação das suas demonstrações financeiras apenas se a apresentação alterada proporcionar informação fiável e mais relevante para os utentes das demonstrações financeiras e se for provável que a estrutura revista continue, de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

### **2.3. Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro**

Nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, algumas entidades encontram-se obrigadas enquanto outras, têm a opção de aplicar as citadas normas internacionais. Assim, o conjunto das NCRF pode não contemplar algumas normas internacionais e as NCRF podem dispensar a aplicação de determinados procedimentos e divulgações exigidos nas correspondentes normas internacionais. As NCRF foram propostas pela Comissão

de Normalização Contabilística, publicadas através de avisos no Diário da República, sendo de aplicação obrigatória a partir da data de entrada em vigor indicada em cada uma delas.

### **3. Aplicação do SNC**

Em Portugal, as entidades às quais se aplica o SNC podem dividir-se em três grupos diferentes, embora relacionados entre si, porque resultam de um sistema integrado e coerente (Costa, 2009).

#### **3.1. Entidades que Aplicam as Normas Internacionais de Contabilidade**

Ainda segundo Costa (2009), as entidades que aplicam as NIC são certos tipos de sociedades cujos valores mobiliários são viáveis à negociação num mercado regulamentado, quer nas suas contas consolidadas, quer nas suas contas individuais, sendo que isto acontece quando são abrangidas pelo que foi referido anteriormente.

#### **3.2. Entidades que Aplicam as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro**

Fazem parte deste agregado as entidades que estão a possuir contabilidade organizada e não abrangidas por outros planos setoriais: sociedades abrangidas pelo código das sociedades comerciais, empresas individuais reguladas pelo código comercial, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, empresas públicas, cooperativas, agrupamentos complementares de empresas e entidades sem fins lucrativos. (Costa, 2009).

#### **3.3. Entidades que Aplicam a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades**

Ainda de acordo com Costa (2009), as Normas Contabilística e de Relato Financeiro para pequenas empresas (NCRF-PE) é tipo de norma que agrupa, igualmente, os princípios gerais de reconhecimento, mensuração e divulgação previstos nas restantes NCRF, pilares essenciais deste normativo contabilístico.

Várias das NCRF não estão presentes na NCRF-PE, das quais se destacam as seguintes: (a) propriedades de investimento; e (b) imparidade de ativos. Tal como se infere de uma afirmação de Costa (2009, pág. 57): *“é considerada uma, podendo utilizar a NCRF-PE, aquela que não ultrapassar dois dos três limites seguintes: (a) total de balanço: 500 mil euros; (b) total de vendas líquidas e outros rendimentos: um milhão de euros; e (c) número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 20.”*

#### **4. Tipos de Demonstrações Financeiras**

Na perspetiva de Cohen (1996), a análise financeira utiliza várias fontes de informação capazes de clarificar as rubricas financeiras da empresa. Apesar de não ser a única, a contabilidade constitui o conjunto de material mais sistematizado e mais elaborado que serve de base nas diferentes fases do diagnóstico financeiro. A existência de uma contabilidade sistemática das operações efetuadas é obrigatória por parte de todas as empresas, sendo que esta procede à elaboração das contas anuais através do balanço, da demonstração de resultados e respetivos anexos.

A análise financeira é um processo baseado num conjunto de técnicas que tem por fim avaliar e interpretar a situação económico-financeira da empresa. Esta avaliação e interpretação centra-se em torno de questões fundamentais para a sobrevivência e desenvolvimento da empresa, tais como: (a) o equilíbrio financeiro; (b) a rentabilidade dos capitais; (c) o crescimento; e (d) o risco. Este processo é fundamental para as diferentes partes interessadas na boa gestão da empresa, nomeadamente gestores, credores, trabalhadores e as suas organizações, investidores, Estado e eventualmente clientes. Enquanto que os gestores têm necessidade de acompanhar a evolução da situação financeira e controlar os planos de gestão da empresa, de forma a tomar decisões sobre o futuro, aos investidores interessa conhecer a situação atual e futura, de forma que possam determinar o valor da empresa, para investir nela ou cederem a sua posição. Já o Estado interessa-se, sobretudo, pela possibilidade que esta lhe dá de contribuir para a resolução dos problemas que de momento lhe são prioritários: défice orçamental, défice da balança de pagamentos, desemprego, assimetrias regionais, etc. (Moreira, 2001).



Cada uma das demonstrações proporciona informação distinta das outras e, por isso, é provável que nenhuma só por si sirva um propósito único ou proporcione toda a informação que satisfaça as necessidades particulares dos utentes. Por um lado, uma demonstração de resultados proporciona uma imagem incompleta do desempenho económico-financeiro a menos que seja usada juntamente com o balanço e a demonstração das alterações da posição financeira (Moreira, 2001). Por outro lado, Saias, Amaral & Carvalho (1996) alertam para uma limitação associada ao balanço relativamente à demonstração de resultados uma vez que o balanço regista situações patrimoniais e, por isso, não nos esclarece quanto ao modo como se formam os resultados do exercício.

#### 4.1 Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados tem por finalidade evidenciar a formação dos resultados do exercício, quanto ao lucro ou prejuízo, obtidos na atividade da empresa, adquirindo assim um carácter económico. Neves (1996) refere que são dois os tipos de demonstrações de resultados: (a) demonstração de resultados por natureza, que consiste na junção dos resultados apurados pela empresa, evidenciando-os em proveitos e custos segundo a sua natureza; e (b) demonstração de resultados por funções, a qual reúne os resultados de acordo com as funções empresariais (produção, distribuição, administrativa e financeira).

Segundo Neves (1996), uma das rubricas da demonstração de resultados designa-se por gastos operacionais e estes incluem todos os recursos distribuídos pela empresa para o desenvolvimento das suas atividades e, além disso, integram os seguintes itens: (a) custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC); (b) fornecimentos e serviços externos; (c) gastos com o pessoal; e (d) outros rendimentos e gastos. O CMVMC está diretamente relacionado com o consumo das matérias-primas e, particularmente com as vendas, permitindo determinar a margem bruta de exploração.

Fórmula 1: *Rácio da Margem Bruta de Exploração*

$$\text{Margem Bruta de Exploração} = \frac{\text{Vendas}}{\text{CMVMC}} - 1 \times 100\%$$

Fonte: Adaptado de Neves, 1996

Ainda no âmbito da demonstração de resultados, nela estão contidos quase todos os dados necessários para o prosseguimento do cálculo detalhado do desempenho económico de uma empresa, o qual se baseia nos rácios de rentabilidade, nomeadamente: (a) rentabilidade do capital próprio; (b) rentabilidade do ativo; e (c) rentabilidade das vendas. As fórmulas dos três tipos de rentabilidade apresentam-se, de seguida, pela ordem enunciada anteriormente (Neves, 1996).

*Fórmula 2: Rácio da Rentabilidade do Capital próprio*

$$\text{Rentabilidade do Capital Próprio} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$$

Fonte: Adaptado de Neves, 1996

*Fórmula 3: Rácio da Rentabilidade do Ativo*

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Ativo}}$$

Fonte: Adaptado de Neves, 1996

*Fórmula 4: Rácio da Rentabilidade das Vendas*

$$\text{Rentabilidade das Vendas} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Vendas}}$$

Fonte: Adaptado de Neves, 1996

## 4.2. Balanço Funcional

O balanço funcional, também designado apenas por balanço, é um documento de síntese que traduz a situação do património da empresa num dado momento. Embora possa ser elaborado em qualquer altura, por razões fiscais, este é efetuado obrigatoriamente no término do exercício anual da atividade, servindo os interesses de informação de outros grupos interessados na empresa. Num entendimento de direito contabilístico, o ativo representa os bens e os direitos que a empresa tem sobre terceiros, enquanto que o passivo representa as obrigações da empresa para com terceiros e, ainda, os capitais próprios que são constituídos pelo capital social, as reservas e os resultados (Saias, Amaral & Carvalho, 1996).

De acordo com Moreira (2001), este refere que a posição financeira de uma entidade é afetada pelos recursos económicos que ela controla, pela sua estrutura

financeira, pela sua liquidez e solvência e pela sua capacidade de se adaptar às alterações no ambiente em que opera. A informação acerca da estrutura financeira é útil: (a) na previsão de futuras necessidades de empréstimos e de como os lucros futuros e fluxos de caixa serão distribuídos entre os que têm interesses na entidade; e (b) previsão do sucesso que a entidade, provavelmente, terá em conseguir fundos adicionais.

## **5. Equilíbrio Económico-Financeiro Global**

Moreira (2001) refere que o equilíbrio financeiro é sempre um aspeto imprescindível quando se trata de analisar as demonstrações financeiras de uma entidade. A evolução de uma empresa pode ser medida através da análise das informações contabilísticas disponíveis. O equilíbrio financeiro de uma determinada empresa deve ser estudado em duas perspetivas: (a) curto prazo; e (b) médio e longo prazo. Os dados sobre o progresso económico uma empresa, mais concretamente a sua lucratividade, são fundamentais para se descobrirem potenciais recursos económicos que ela possa vir a controlar no futuro. Assim, pode dizer-se que as informações disponíveis sobre a variação no desempenho são de extrema relevância uma vez que suportam uma previsão que a empresa tem, a partir dos seus recursos básicos, gerar fluxos de caixa. Além disso, são também importantes para a análise da eficácia com que a empresa pode introduzir recursos adicionais (Moreira, 2001).

### **5.1. Equilíbrio Financeiro de Curto Prazo**

#### **5.1.1. A Relação dos Indicadores de Curto Prazo com as Necessidades de Fundo de Maneio (NFM)**

O fundo de maneio (FM) tem desempenhado um papel muito importante como indicador de liquidez já que traduz a capacidade para a empresa fazer face aos seus compromissos de pagamento, numa ótica de curto prazo (Mortal, 2006). Por um lado, Menezes (1995) afirma que um fundo de maneio positivo traduz uma margem de liquidez aparentemente excessiva) Por outro lado, Nabais & Nabais (2005) afirmam que o fundo de maneio positivo não é suficiente para que exista

uma situação de equilíbrio financeiro. Existe uma situação de equilíbrio financeiro quando o valor do fundo de maneio é adequado às necessidades em fundo de maneio.

O fundo de maneio é uma das noções mais antigas da análise financeira, o qual já sofreu várias tentativas de especificação. Por ser um objeto de estudo com uma grande divulgação, o conceito de FM originou uma multiplicidade de definições que geram alguma confusão pelo facto de não haver normalização (Cohen, 1995). Tal como se infere de uma afirmação Santos (2002, pág. 81), o conceito de fundo de maneio pode ser definido como *“o conjunto de valores submetidos às transformações cíclicas de curto prazo (...) garantindo à empresa uma margem de segurança que lhe permita adequar, a cadência de transformação dos ativos às exigências dos credores.”*

De acordo com Nabais e Nabais (2005), as necessidades em fundo de maneio refletem não só os resultados da atividade da empresa (prazos médios de recebimentos e pagamentos e taxa de rotação das existências), mas também a maneira como os negócios da empresa são executados pelos gestores operacionais, o que constitui o principal indicador do ciclo de exploração. Fazem parte do ciclo de exploração as necessidades de fundo maneio, sendo estas o seu principal indicador, que funcionam como um avaliador financeiro na execução das atividades operacionais. As necessidades de financiamento do ciclo de exploração estão diretamente associadas às NFM de qualquer tipo de empresa. O ciclo de exploração necessita de financiamento suficiente para colmatar os gastos operacionais com fornecedores, pessoal e outros credores, sem contar com os valores a receber dos clientes. A política financeira da empresa depende bastante do indicador das necessidades de fundo de maneio pois estas fazem face às primeiras despesas, sem contar com a cobrança a clientes (Nabais & Nabais, 2005). A seguir apresentam-se as fórmulas de FM, NFM e tesouraria líquida:

Fórmula 5: *Indicador de Fundo de Maneio*

$$\text{Fundo de Maneio} = (\text{Capital Próprio} + \text{Passivo não Corrente}) - \text{Ativo não Corrente}$$

Fonte: Adaptado de Nabais & Nabais, 2005

Fórmula 6: *Indicador de Necessidades de Fundo de Maneio*

$$\text{Necessidades de Fundo de Maneio} = \text{Necessidades Financeiras de Exploração} - \text{Recursos Financeiros de Exploração}$$

Fonte: Adaptado de Nabais & Nabais, 2005

Fórmula 7: *Indicador de Tesouraria Líquida*

$$\text{Tesouraria Líquida} = \text{Fundo de Maneio} - \text{Necessidades de Fundo de Maneio}$$

Fonte: Adaptado de Nabais & Nabais, 2005

### 5.1.2. Análise da Liquidez no Equilíbrio de Curto Prazo

Faz parte da análise financeira de uma empresa determinar a sua aptidão para fazer frente às suas obrigações de curto prazo. Exemplos desses compromissos são: uma extensão de crédito solicitada pela empresa e a concessão de um empréstimo por um curto período de tempo. Esta análise leva em conta a sua capacidade de endividamento e, além disso, analisa o grau de liquidez do negócio (Saias, Amaral & Carvalho, 1996). Existem três tipos de liquidez de acordo com Nabais & Nabais, 2005. Começando pela liquidez geral, este indicador determina a aptidão da empresa para pagar os débitos a curto prazo (passivo corrente) utilizando, para isso, os montantes das disponibilidades, clientes e existências. Este rácio é um dos tradicionalmente mais utilizados para avaliar a situação financeira das empresas.

Fórmula 8: *Rácio de Liquidez Geral*

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$$

Fonte: Adaptado de Nabais & Nabais, 2005

Segue-se a liquidez reduzida, em que este determina a aptidão da empresa em fazer face às dívidas de curto prazo, com recurso às disponibilidades e aos créditos concedidos, também estes a curto prazo. Confirma-se que determinada empresa cumpre com os seus compromissos de liquidez quando o indicador é igual a 1.

Fórmula 9: *Rácio de Liquidez Reduzida*

$$\text{Liquidez Reduzida} = \frac{\text{Ativo Corrente-Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$$

Fonte: Adaptado de Nabais & Nabais, 2005

Por fim o rácio de liquidez imediata, em que este determina a aptidão por parte da empresa em fazer face às suas obrigações de curto prazo, recorrendo apenas aos meios financeiros líquidos. Quanto maior for este valor, maior será a probabilidade para a empresa pagar aos seus credores os créditos concedidos de curto prazo.

Fórmula 10: *Rácio de Liquidez Imediata*

$$\text{Liquidez Imediata} = \frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}}$$

Fonte: Adaptado de Nabais & Nabais, 2005

### 5.1.3. A Relação de Estrutura de Funcionamento com o Equilíbrio Financeiro de Curto Prazo

Os rácios de funcionamento procuram avaliar a capacidade da empresa em solucionar os seus compromissos a médio e longo prazo. Basicamente resultam da comparação entre rubricas de capitais alheios (passivo), de capitais próprios e de capitais totais (ativo). São muito utilizados na análise de crédito, pois os financiadores tentam avaliar o risco do não cumprimento do serviço da dívida (Saías, Amaral & Carvalho, 1996). Começando pelo rácio do prazo médio de recebimentos, este estabelece o tempo (em meses ou em dias) que a empresa demora, em média, a receber dos seus clientes os créditos que lhes foram concedidos.

Fórmula 11: *Rácio do Prazo Médio de Recebimentos*

$$\text{Prazo Médio de Recebimentos} = \frac{\text{Clientes}}{\text{Volume de Negócios}} \times 12 \text{ meses}$$

Fonte: Adaptado de Saías, Amaral & Carvalho, 1996

De seguida, apresenta-se o rácio do prazo médio de pagamentos que mostra o tempo (em meses ou em dias) que a empresa precisa, em média, para pagar aos

seus fornecedores e outros credores os créditos em dívida (Saias, Amaral & Carvalho, 1996).

Fórmula 12: *Rácio do Prazo Médio de Pagamentos*

$$\text{Prazo Médio de Pagamentos} = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras}} \times 12 \text{ meses}$$

Fonte: Adaptado de Saias, Amaral & Carvalho, 1996

O prazo médio de pagamentos e de recebimentos são dois dos rácios que dão a conhecer o grau de realização da liquidez reduzida e, em parte, das NFM. Daí a sua importância na análise financeira de curto prazo (Saias, Amaral & Carvalho, 1996). Por fim mostra-se o rácio de rotação de inventários que calcula o número de vezes que a empresa substituiu os seus inventários durante um período de tempo, meses ou dias. Este indicador pode também pode ser designado por prazo médio de rotação dos inventários e traduz quanto tempo (em meses ou em dias) fica o *stock* em armazém.

Fórmula 13: *Rácio da Rotação de Inventários*

$$\text{Rotação de Inventários} = \frac{\text{CMVMC}}{\text{Stock Médio}}$$

Fonte: Adaptado de Saias, Amaral & Carvalho, 1996

Numa perspetiva mais ampla, o rácio da rotação dos inventários permite completar a análise sobre a realização dos ativos de curto prazo em liquidez e, assim, avaliar as necessidades de fundo de maneio que garantem o equilíbrio financeiro de curto prazo (Saias, Amaral & Carvalho, 1996).

## 5.2. Equilíbrio Financeiro de Médio e Longo Prazo

Para Neves (1996), numa análise do equilíbrio financeiro de médio e longo prazo é indispensável recorrer aos dois principais indicadores que a seguir se apresentam: (a) autonomia financeira que mostra a constituição da entidade em relação a capitais alheios e, ao mesmo tempo, apoia na medição do risco acerca do esquema financeiro da entidade (b) solvabilidade, que determina as competências atuais da empresa para esta não entrar em rutura com os seus próprios objetivos de médio e longo prazo, estabelecendo o risco associado aos credores, na medida em que

compara os níveis de capital próprio investido pelos sócios ou acionistas, com os níveis de capitais alheios aplicados pelos credores (Neves, 1996).

Fórmula 14: *Rácio da Autonomia Financeira*

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Total}}$$

Fonte: Adaptado de Neves, 1996

Fórmula 15: *Rácio da Solvabilidade*

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$$

Fonte: Adaptado de Neves, 1996

Com base nos indicadores apresentados, os quais estão estritamente ligados à avaliação da estrutura do financiamento, é possível compreender em função da natureza de cada rácio, as condições para o equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, o qual está também dependente da capacidade de autofinanciamento da empresa (Neves, 1996).



## **Capítulo II – Estudo Empírico**

### **6. Âmbito e Objetivo de Investigação**

Esta investigação tem como base a demonstração de resultados e o balanço funcional e analítico que fazem parte integrante deste relatório e que constam dos Anexos A, B e C respetivamente. O trabalho empírico incide sobre o estudo de caso de uma empresa do setor agroalimentar designada por Alfa, sendo que este é um nome fictício atribuído por mim, de maneira a não comprometer o sigilo das suas demonstrações financeiras. Para a escolha desta entidade, contribui o facto de ser uma empresa auditada e sujeita à revisão legal de contas, a qual permite ter uma segurança reforçada sobre a fiabilidade das suas demonstrações financeiras. Todos os dados os relativos à empresa Alfa foram cedidos pelo escritório de contabilidade, consultoria e auditoria “Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda”. O horizonte de tempo escolhido para a análise compreende os anos de 2017, 2018 e 2019, uma vez que são os 3 anos mais recentes das demonstrações financeiras da empresa Alfa no momento em que este estudo empírico começou a ser desenvolvido.

O objetivo desta dissertação tem como principal missão mostrar a importância da informação contabilística na avaliação do desempenho económico e do equilíbrio financeiro da empresa, tentando evidenciar que a partir da informação contida nas demonstrações financeiras de uma empresa, existem condições objetivas para se proceder a uma avaliação da situação económico-financeira atual da empresa podendo, a partir desses indicadores e resultados da análise extrair projeções sobre a evolução futura.

### **7. Caracterização da Empresa**

Este estudo de caso foi baseado numa empresa do setor agroalimentar que se destina à distribuição de produtos alimentares. Trata-se de uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada composta por 3 sócios e com mais de 20 anos de existência. O seu capital social traduz-se no valor de 249.900,00€ dividido em três quotas iguais no montante de 83.300,00€ cada e a

sua atividade principal insere-se no seguinte setor: “CAE REV3: 46390 – comércio por grosso não especializado de produtos alimentares, bebidas e tabaco” segundo o Instituto Nacional de Estatística (2007). De acordo com as demonstrações financeiras, dos anos 2017 a 2019, inseridas nos anexos A e B, a entidade teve um volume de negócios médio de 6.541.627,29€ pelo que, se inclui numa empresa com características de pequena dimensão, de acordo com Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI) segundo os critérios definidos pelo Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro.

## **8. Metodologia de Investigação**

Na perspetiva de Yin (2009), o estudo de caso pressupõe uma combinação de evidências quantitativas e qualitativas no entanto, na maioria dos casos realiza-se um estudo de caso para obter informações qualitativas que é exatamente o que acontece nesta dissertação. Ainda segundo o mesmo autor (Yin, 2009), o presente estudo pode ser classificado como descritivo, porque utiliza técnicas e procedimentos já existentes, e explanatório uma vez que tenta encontrar razões para as práticas observadas gerarem teorias.

A existência de uma contabilidade sistemática das operações efetuadas é obrigatória por parte de todas as empresas, sendo que esta procede à elaboração das contas anuais através do balanço, da demonstração de resultados e respetivos anexos. A metodologia dividir-se-á em várias partes, apesar de relacionadas entre si. Primeiramente, proceder-se-á à recolha da demonstração dos resultados por natureza e do balanço funcional e analítico da empresa Alfa. Inicialmente, essa extração de dados servirá para se obter uma perspetiva da evolução da empresa, analisando rubrica a rubrica o seu desempenho. Ainda nesta primeira fase serão determinados a margem bruta de exploração e os rácios de rentabilidade do capital próprio, do ativo e das vendas tendo em conta os diferentes horizontes de tempo. Posteriormente estes indicadores serão analisados e os seus resultados levarão à interpretação do desempenho económico e, por conseguinte, à capacidade de autofinanciamento da empresa Alfa durante os anos em estudo. De seguida e, após a recolha de toda a informação evolutiva anterior devidamente triada, serão calculados os principais rácios de equilíbrio financeiro de curto, médio e longo prazo dos quais fazem parte: (a) indicadores de tesouraria; (b) rácios de liquidez;

(c) rácios de estrutura de capitais; e (d) rácios de funcionamento, sendo que estes últimos serão comparados com a média de rácios de funcionamento do setor da empresa Alfa.

## 9. Evolução dos Diferentes Agregados das Demonstrações Financeiras

### 9.1 Evolução da Empresa com Base na Demonstração de Resultados

Através da demonstração de resultados por natureza da empresa Alfa, a qual agrupa os seus rendimentos e gastos de acordo com a sua natureza, é possível observar a distribuição do valor das suas vendas e serviços prestados pelas restantes rubricas em cada um dos anos de exercício. Os principais valores correspondentes aos diferentes agregados da demonstração de resultados da empresa Alfa, no final do exercício dos anos de 2017, 2018 e 2019 estão organizados na Tabela 2 apresentada a seguir.

Tabela 2: *Demonstração de Resultados*

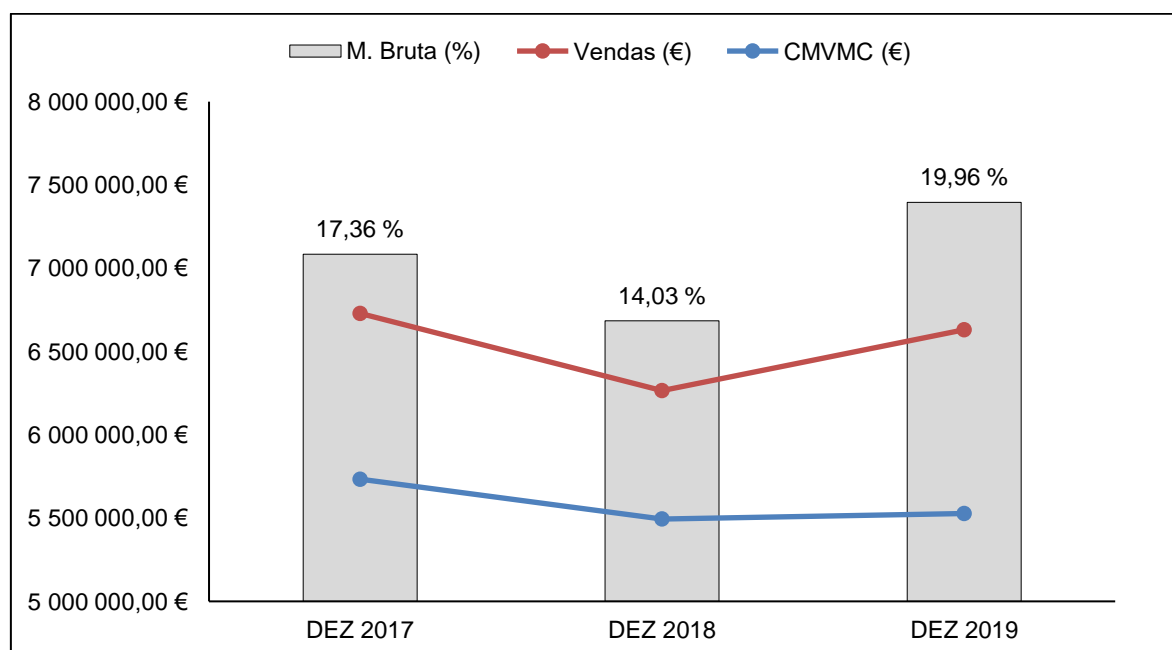
Demonstração de Resultados	DEZ 2017	DEZ 2018	DEZ 2019
<b>Rendimentos Operacionais (€)</b>			
Vendas e Serviços Prestados	6.728.902,39	6.265.292,80	6.630.686,69
<b>Produção (€)</b>	<b>6.728.902,39</b>	<b>6.265.292,80</b>	<b>6.630.686,69</b>
<b>Gastos Operacionais (€)</b>			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	5.733.717,89	-5.494.319,46	-5.527.610,46
Fornecimentos e Serviços Externos	-402.012,36	-399.167,39	-584.573,83
Gastos com o Pessoal	-348.779,68	-369.904,11	-346.768,05
Outros Rendimentos/Gastos	-19.504,07	-3.214,19	-25.172,07
<b>EBITDA (€)</b>	<b>224.888,39</b>	<b>-1.312,35</b>	<b>146.562,28</b>
Depreciações/ Amortizações	-137.581,78	-139.740,98	-119.718,79
<b>EBIT (€)</b>	<b>87.306,61</b>	<b>-141.053,33</b>	<b>26.843,49</b>
Imposto S/ EBIT	-14.346,32		-9.569,71
<b>Resultado Operacional (€)</b>	<b>72.960,29</b>	<b>-141.053,33</b>	<b>17.273,78</b>
Gastos Financeiros	-24.520,09	-28.960,76	-19.518,42
Imposto S/ Gastos Financeiros	4.029,17		6.958,32
<b>Resultado Líquido (€)</b>	<b>52.469,37</b>	<b>-170.014,09</b>	<b>4.713,68</b>

Fonte: Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda

Fazem parte dos rendimentos operacionais, os fluxos de caixa que ocorreram durante cada ano na empresa Alfa. As vendas e serviços prestados representam 100% do total dos proveitos sendo que, para este valor contribuiu única e exclusivamente a produção anual efetuada por parte da empresa. De 2017 para 2018 destaca-se uma quebra nas vendas em cerca de 7%. Esta descida significativa pode ser justificada pelo facto de 2018 ter sido o único ano em que a empresa comercializou produtos acabados e intermédios. Esta quebra não se torna tendenciosa no ano seguinte pois verifica-se uma acentuada recuperação de, aproximadamente, 17%.

Todos os recursos necessários para a empresa desenvolver as suas atividades são designados por gastos operacionais e, desta rubrica, fazem parte os seguintes itens: (a) custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC); (b) fornecimentos e serviços externos; (c) gastos com o pessoal; e (d) outros rendimentos e gastos. Começando pelo custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, este está diretamente relacionado com o consumo das matérias-primas e, particularmente com as vendas, permitindo determinar a margem bruta de exploração. Neste seguimento construíram-se o Gráfico 1 e a Tabela 3 que a seguir se apresentam, respetivamente, contendo os valores da margem bruta de exploração desde 2017 a 2019.

Gráfico 1: Margem Bruta de Exploração



Fonte: Elaboração própria

Tabela 3: Margem Bruta de Exploração

	DEZ 2017	DEZ 2018	DEZ 2019
Vendas (€)	6.728.902,39	6.265.292,80	6.630.686,69
CMVMC (€)	5.733.717,89	5.494.319,46	5.527.610,46
<b>Margem bruta de exploração (%)</b>	<b>17,36</b>	<b>14,03</b>	<b>19,96</b>

Fonte: Elaboração própria

Este indicador da margem bruta de exploração permite avaliar se a empresa liberta margem para cobrir os outros custos, ou seja, se há ou não condições para garantir o financiamento da estrutura operacional. Assim, o ano de 2018 representa um valor de margem bruta inferior a 2017 e 2019 em cerca de, respetivamente, 3% e 5% o que indica que em 2018 a margem bruta das vendas que fica à disposição da empresa, para cobrir os outros gastos operacionais, é menor. Quanto ao agregado de gastos dos fornecimentos e serviços externos, o seu valor permaneceu constante nos dois primeiros anos e teve um acréscimo significativo em 2019, de 46% face ao ano anterior. Esta subida foi proveniente do valor gasto em transportes de mercadorias, sobretudo para Angola, como se pode ver pela Tabela 4. Esta tabela foi retirada do balanço analítico da empresa em estudo, o qual me foi facultado durante a investigação para a realização da dissertação.

Tabela 4: Gastos com Deslocações, Estradas e Transportes

Conta	Descrição	DEZ 2017	DEZ 2018	DEZ 2019
625	Deslocações, estadias e transportes (€)	25.764,72	17.398,15	197.749,95
6251	Deslocações e estadias (€)	18.321,28	14.270,53	12.391,87
6252	Transportes de pessoal (€)			
<b>6253</b>	<b>Transportes de mercadorias (€)</b>	<b>7.443,44</b>	<b>3.127,62</b>	<b>185.358,08</b>

Fonte: Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda

Relativamente aos gastos com o pessoal, estes incidem maioritariamente nas remunerações, salvo raras exceções, sendo que é considerado um custo fixo e no caso em que haja pagamentos de indemnizações, estes devem incluir-se na rubrica outros rendimentos e gastos. Não há registo de alguma variação significativa ao longo do período considerado. Apesar disso, o ano de 2018 tem um valor ligeiramente superior, devendo-se à contratação de pessoal nesse ano e consequente aumento do número de empregados pelo facto da empresa ter comercializado produtos intermédios e acabados ao contrário dos outros anos. Um

pouco mais tarde, em 2019, esse valor acaba por diminuir, em linha com a redução do número de efetivos. Por último, relativamente à rubrica designada de outros rendimentos e gastos, verifica-se que Alfa tem sempre valores negativos, o que traduz, no fundo, que os gastos são superiores aos rendimentos e ganhos, apesar de em 2018 o seu valor ser bastante mais favorável em relação aos outros dois anos do período analisado no entanto, estes valores não são significativos para a análise da evolução da empresa.

As depreciações e amortizações diminuem de 2018 para 2019 em 14% e de 2017 para 2018 têm um aumento de 2%, o que se fica a dever à aquisição de ativos fixos tangíveis, ou seja, às variações nessa rubrica uma vez que as depreciações têm como base de incidência os ativos fixos tangíveis.

Assim, no total integrante do resultado operacional, sobressai, destacadamente, a conta de vendas e serviços prestados. Pela análise do balanço analítico, o ano de 2018 é o único em que a empresa comercializa produtos acabados e intermédios pelo que, o valor das vendas desse ano foi significativamente mais baixo e, como consequência, o seu resultado operacional atinge um montante negativo. Nessa sequência a empresa Alfa sente alguma fragilização em 2018 dado o seu resultado líquido e a sua dependência de terceiros. Em 2019 consegue reverter, em parte, essa situação com um resultado líquido positivo, apesar deste ainda ser bastante baixo.

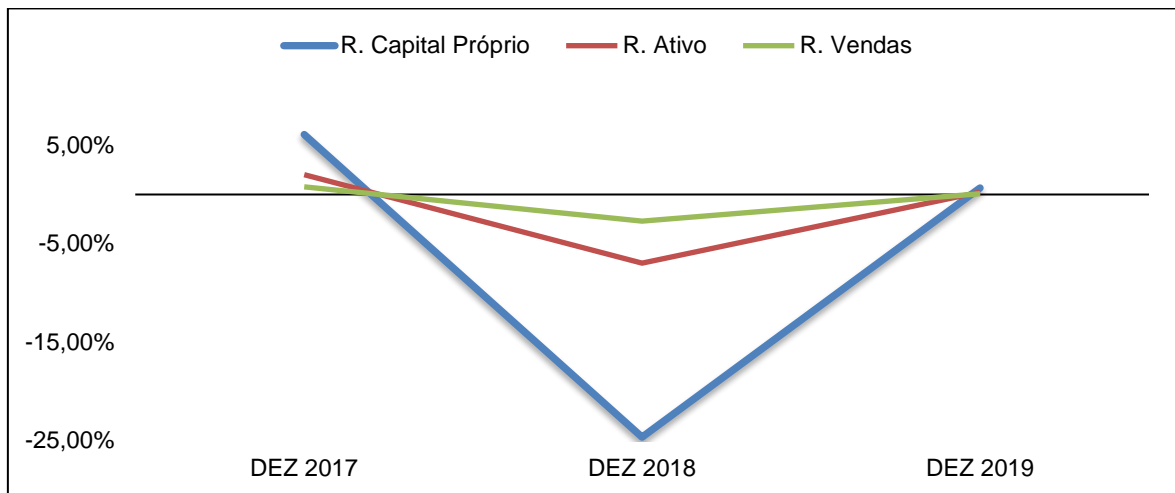
No seguimento da demonstração de resultados da empresa Alfa, foi ainda feita a análise detalhada do desempenho económico. Este baseia-se no cálculo dos rácios de rentabilidade, nomeadamente: (a) rentabilidade do capital próprio; (b) rentabilidade do ativo; e (c) rentabilidade das vendas. Após a aplicação das fórmulas correspondentes aos rácios anteriormente mencionados, a fase seguinte consiste na construção de uma tabela e respetivo gráfico, dos quais fazem parte os valores de todas as rentabilidades ao longo do período de 2017 a 2019.

Tabela 5: *Rácios das Rentabilidades*

Rácios das Rentabilidades (%)	DEZ 2017	DEZ 2018	DEZ 2019
Rentabilidade do capital próprio	6,11	(24,71)	0,68
Rentabilidade do ativo	2,02	(6,99)	0,23
Rentabilidade das vendas	0,78	(2,71)	0,07

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 2: *Rácios das Rentabilidades*



Fonte: Elaboração própria

Inicia-se esta análise pelo rácio da rentabilidade das vendas que é bastante baixo ao longo do tempo, principalmente no ano de 2018 que é quando existe rentabilidade negativa. Esta situação é preocupante e só não tem consequências mais graves dada a recuperação verificada em 2019. Analisando agora o indicador de rentabilidade do capital próprio, este encontra-se na mesma situação do rácio enunciado anteriormente, logo posso afirmar que o capital próprio não está a um nível aceitável em relação às taxas do custo de financiamento acrescido de um prémio de risco. No que toca ao rácio da rentabilidade do ativo, este segue a tendência das últimas duas, com uma descida no ano de 2018 para valores negativos e em 2019 com uma inversão. Assim, o endividamento da empresa prejudica a rentabilidade dos capitais próprios a que, segundo se apurou, está associada à dificuldade do setor agroalimentar, o qual sentiu uma forte retração decrescente no ano de 2018.

## 9.2 Evolução da Empresa com Base no Balanço Funcional

O balanço funcional da empresa Alfa, dá a conhecer os direitos e as obrigações, expressando a situação patrimonial da empresa nos três anos em estudo. A estrutura do balanço tem três componentes fundamentais: (a) ativo; (b) passivo; e (c) capital próprio. A diferença entre o ativo e o passivo designa-se por capital próprio e, posteriormente, este deve ser comparado com os dois anteriores. O ativo

divide-se em ativo não corrente, o qual inclui o investimento de exploração e extraexploração, e em ativo corrente, o qual abrange as necessidades financeiras de exploração e a liquidez extraexploração. Já o passivo divide-se em passivo não corrente, composto essencialmente pelos financiamentos obtidos, de médio e longo prazo, e passivo corrente, constituído pelos recursos financeiros de exploração e liquidez passiva extraexploração. Os valores correspondentes às diferentes rubricas do balanço funcional da empresa Alfa, no final do exercício dos anos de 2017, 2018 e 2019, apresentam-se na Tabela 6 a seguir introduzida.

Tabela 6: *Balanço Funcional*

<b>Balanço Funcional</b>	<b>DEZ 2017</b>	<b>DEZ 2018</b>	<b>DEZ 2019</b>
<b>Investimento de Exploração (€)</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	572.864,34	461.762,08	343.403,29
<b>Total</b>	<b>572.864,34</b>	<b>461.762,08</b>	<b>343.403,29</b>
<b>Investimento Extra- Exploração (€)</b>			
Goodwill	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Participações Financeiras			5.815,10
Outros Ativos Extra-Exploração	8.832,50	8.831,17	
<b>Total (€)</b>	<b>33.832,50</b>	<b>33.831,17</b>	<b>30.815,10</b>
<b>Necessidades Financeiras de Exploração (€)</b>			
Inventários	391.027,00	374.261,00	263.395,04
Clientes	1.009.864,35	1.147.139,14	1.087.809,62
Estado e Outros Entes Públicos	23.740,42	32.952,83	15.306,58
<b>Total (€)</b>	<b>1.424.631,77</b>	<b>1.554.352,97</b>	<b>1.366.511,24</b>
<b>Liquidez Extra-Exploração (€)</b>	<b>563.455,16</b>	<b>380.633,75</b>	<b>314.144,85</b>
<b>Total do Ativo (€)</b>	<b>2.594.783,77</b>	<b>2.430.579,97</b>	<b>2.054.874,48</b>
<b>Capital Próprio (€)</b>	<b>858.130,78</b>	<b>688.116,94</b>	<b>692.831,63</b>
<b>Passivo Não Corrente (€)</b>			
Financiamentos Obtidos	821.216,79	799.405,28	535.078,75
<b>Total (€)</b>	<b>821.216,79</b>	<b>799.405,28</b>	<b>535.078,75</b>
<b>Recursos Financeiros de Exploração (€)</b>			
Fornecedores	853.134,38	930.042,37	807.995,97
Estado e Outros Entes Públicos	8.271,59	8.337,42	8.051,30
<b>Total (€)</b>	<b>861.405,97</b>	<b>938.379,79</b>	<b>816.047,27</b>
<b>Liquidez Passiva Extra-Exploração (€)</b>	<b>54.030,23</b>	<b>4.677,96</b>	<b>10.916,83</b>
<b>Total do Passivo (€)</b>	<b>1.736.652,99</b>	<b>1.742.463,03</b>	<b>1.362.042,85</b>
<b>Total do Passivo e Capital Próprio (€)</b>	<b>2.594.783,77</b>	<b>2.430.579,97</b>	<b>2.054.874,48</b>

Fonte: Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Começando com uma análise à rubrica das participações financeiras, averigua-se que estas atingem, no ano mais recente do estudo, um montante que ronda os 5.800,00€. Ora, esta situação exige que se verifique se essas aplicações originam algum rendimento só sendo, no entanto, possível obter tal informação através da consulta à demonstração de resultados por natureza, apresentada, anteriormente na Tabela 2. Nessa consulta não é possível identificar nenhum rendimento derivado dessa aplicação de capital pois, na rubrica outros rendimentos e gastos verificam-se valores negativos, o que elucida que o valor dos capitais investidos em participações financeiras não gera qualquer rendimento significativo. Repare-se que, tendo em conta os valores das participações financeiras detidas, é um tanto insólito a falta de rendimentos, a não ser que essa participação de capital tenha faculte à empresa Alfa outro tipo de benefícios não revelados na informação contabilística.

Uma breve referência às necessidades financeiras de exploração permite perceber que o seu total é fortemente influenciado pelo peso da conta clientes. Os valores desta conta descem, ligeiramente, em 2019 apesar de uma pequena subida de 2017 para 2018 sendo que, não influencia significativamente no desenvolvimento financeiro da entidade. Quanto aos inventários, estes normalmente de fraco peso relativo, registam-se numa tendência descendente no período considerado. Esta descida parece ser resultado de uma boa decisão pois, não fica nenhum produto em armazém sem rotação à espera de eventuais compradores. Por fim, regista-se uma diminuição do ativo corrente, com maior influência por parte da classe dos inventários.

Não se pode ignorar que, nos recursos financeiros de exploração, se destacam os saldos das contas de fornecedores que, no seu total, ultrapassam os 800.000,00€, atingindo o seu máximo de 930.042,37€ no ano de 2018. Apesar da descida razoável do saldo da conta de fornecedores entre os dois últimos anos em estudo, esta situação é favorável à empresa, na medida em que, essa conta representa cerca de 12% das vendas, nos três anos analisados, o que parece ser um valor equilibrado e razoável.

Relativamente ao investimento de exploração, apenas há aplicações em ativos fixos tangíveis. Repare-se que, os valores que lhes correspondem (valores líquidos) permitem interpretar uma tendência de decréscimo nos investimentos em ativos fixos. Mais uma vez, através da consulta do balanço analítico que me foi

facultado, retirou-se o agregado no qual constam os valores brutos dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações. Na Tabela 7 disponibiliza-se esse conjunto de dados da empresa Alfa no período de 2017 a 2019.

Tabela 7: Valores dos Ativos Fixos Tangíveis e Respetivas Depreciações

Conta	Descrição	DEZ 2017	DEZ 2018	DEZ 2019
<b>43</b>	<b>Ativos Fixos Tangíveis (€)</b>	<b>1.379.751,08</b>	<b>1.408.389,80</b>	<b>1.409.749,80</b>
431	Terrenos e Recursos Naturais	27.295,91	27.295,91	27.295,91
432	Edifícios e Outras Construções	135.484,36	135.484,36	135.484,36
433	Equipamento Básico	455.580,44	460.428,44	461.788,44
434	Equipamento de Transporte	603.440,64	625.798,36	625.798,36
435	Equipamento Administrativo	92.632,65	94.065,65	94.065,65
437	Outros Ativos Fixos Tangíveis	65.317,08	65.317,08	65.317,08
<b>438</b>	<b>Depreciações Acumuladas (€)</b>	<b>-806.886,74</b>	<b>-946.627,72</b>	<b>-1.066.346,51</b>
4381	Depr. Terrenos e Recursos Naturais			
4382	Depr. Edifícios e Outras Construções	-25.327,58	-31.891,01	-38.454,44
4383	Depr. Equipamento Básico	-258.730,55	-285.144,32	-310.505,09
4384	Depr. Equipamento de Transporte	-443.487,32	-534.309,90	-607.915,82
4385	Depr. Equipamento Administrativo	-47.215,61	-57.653,93	-66.753,91
4387	Depr. Outros Ativos Fixos Tangíveis	-32.125,68	-37.628,56	-42.717,25

Fonte: Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda

Tendo em conta que em 2019 o ativo bruto (valor de aquisição desses bens) apresenta o valor 1.409.749,80 €, o respetivo montante líquido, logo valor atual, atinge a parcela de 343.403,29 €. A diferença deste valor representa o total reconhecido das depreciações acumuladas até ao ano de 2019 que é de 1.066.346,51€. Por um lado, na sua composição, está incluída a conta de terrenos e recursos naturais, que não é depreciable e, por outro lado, a conta de edifícios e outras construções em que o valor líquido em dezembro de 2019 é menos de metade do valor de aquisição bruto.

Passando agora ao estudo do passivo e, como já anunciado anteriormente, este desdobra-se em passivo não corrente, num total que se aproxima dos 800.000,00€ nos dois primeiros anos do estudo e ronda os 530.000,00€ em 2019. Ora, este passivo expressa-se apenas na conta financiamentos obtidos e, por isso, a entidade consegue diminuir esse valor de forma considerável no último ano.

De observar também o capital próprio, o qual atinge os 860.000,00€ no ano de 2017 e após um considerável decréscimo passa a rondar os 690.000,00€ nos dois anos seguintes. Esta diferença de valores deve-se ao facto de os sócios terem optado pela distribuição dos dividendos que estavam contidos nas reservas livres.

Tal decisão equivale a uma descapitalização da empresa o que se reflete na diminuição da sua independência em relação aos credores.

Assim sendo, e utilizando os valores do total do ativo, estes mostram-se pouco superiores aos valores do total do passivo. De imediato, pode concluir-se que a situação estrutural da empresa não é nada agradável, pois o passivo está próximo do ativo principalmente no ano de 2018. Além disso, não se pode ignorar a diferença significativa entre os valores do capital próprio que se observam muito inferiores aos valores do passivo em 2017 e 2019. No ano de 2018 essa diferença, apesar de significativa, é menor. Na relação entre o ativo e o capital próprio é considerável a sua diferença, registando-se um valor do capital próprio inferior que por sua vez, não é suficiente para cobrir o valor do ativo. Esse facto não é necessariamente mau pois, é uma situação frequente das empresas a nível nacional.

## **10. Análise Detalhada das Condições de Equilíbrio Financeiro**

Inicia-se este ponto de estudo com uma perspetiva de Machado (1994) que refere que existem indicadores designados de rácios que se têm revelado, cada vez mais, um método eficiente na análise de balanços, ultrapassando qualquer outro sistema. Estes agrupam-se em vários conjuntos de rácios, dependendo dos objetivos da análise que se pretende obter. Nesta fase da metodologia recorre-se quer a elementos da demonstração de resultados, apresentados na Tabela 2, com o fim de estudar a rentabilidade dos resultados líquidos, quer ao balanço, descrito em detalhe na Tabela 6, para o estudo da estrutura de financiamento da empresa Alfa.

### **10.1. Equilíbrio Financeiro de Curto Prazo**

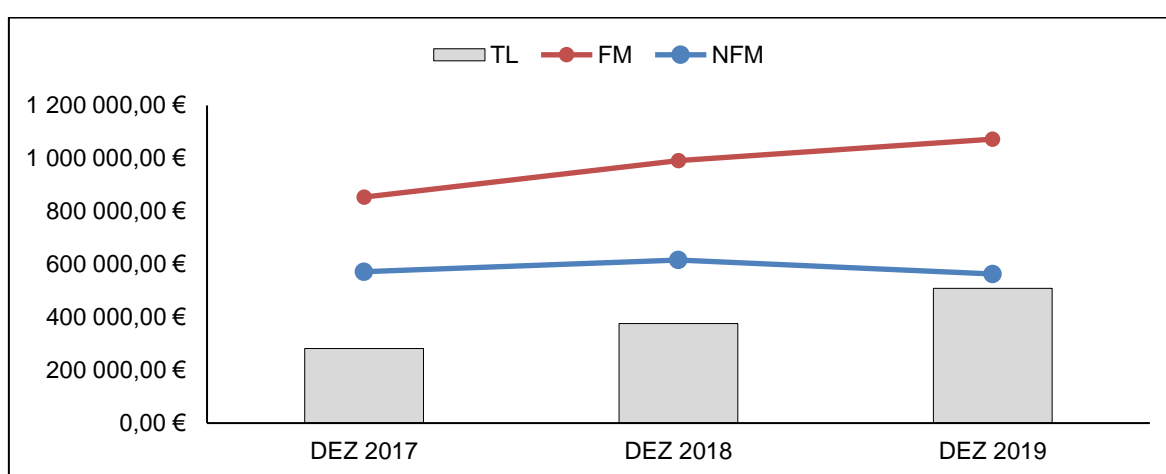
Numa primeira fase, estudam-se os indicadores de fundo de maneio, necessidades de fundo de maneio e tesouraria líquida. Os mesmos agruparam-se em indicadores de tesouraria e descrevem exclusivamente aspetos financeiros. Todos os dados calculados através das respetivas fórmulas estão introduzidos numa tabela de mutação de valores que se apresenta a seguir (Tabela 8) juntamente com representação gráfica (Gráfico 3). Quanto à coluna das variações, esta faz referência à diferença de valores de cada indicador entre 2017 e 2019.

Tabela 8: Indicadores de Tesouraria

Indicadores de Tesouraria (€)	DEZ 2017	DEZ 2018	DEZ 2019	Variações (€)
Fundo de Maneio (FM)	853.691,99	991.928,97	1.072.650,73	<b>+218.958,74</b>
Necessidades de Fundo de Maneio (NFM)	571.497,39	615.973,18	563.225,80	<b>-8.271,59</b>
Tesouraria Líquida (TL)	282.194,60	375.955,79	509.424,93	<b>+227.230,33</b>

Fonte: Elaboração própria

Gráfico 3: Indicadores de Tesouraria



Fonte: Elaboração própria

Começando pelo fundo de maneio, este é caracterizado por valores positivos ao longo do período o que traduz, por isso, a parte de fundos estáveis que financiam o ciclo de exploração. Existe uma variação negativa nas NFM, contudo este indicador apresenta sempre valores fortemente positivos, com tendência crescente, que caracterizam uma empresa com ciclos de exploração longos ou com prazos médios de recebimento longos. Por fim, através dos valores apresentados, admite-se que a tesouraria está equilibrada registando uma variação positiva de 227.230,33€ por via da diminuição dos financiamentos obtidos.

Passando agora para os rácios de liquidez, estes estão desdobrados e calculados em duas vertentes: (a) liquidez geral; e (b) liquidez reduzida. Segundo Neves (1996), existe ainda um terceiro rácio de liquidez, designado por liquidez imediata, e este é utilizado para conhecer o grau de cobertura do passivo corrente pelas disponibilidades, mas o objetivo de uma empresa é minimizar o volume de disponibilidades que, por sua vez diminui as necessidades de financiamento. Assim

não faz sentido a avaliação deste rácio do ponto de vista da análise financeira de curto prazo. Os rácios de liquidez, acima referidos estão inseridos na Tabela 9, para os três anos de investigação.

Tabela 9: *Liquidez Geral e Reduzida*

Rátios de Liquidez (%)	DEZ 2017	DEZ 2018	DEZ 2019
Liquidez Geral	2,17	2,05	2,03
Liquidez Reduzida	1,74	1,65	1,71

Fonte: Elaboração própria

De facto, a capacidade da empresa Alfa ao longo dos anos para satisfazer as suas necessidades de curto prazo decresce, atingindo em 2019 o valor de 2,03% o que significa, de uma maneira geral, que a empresa dispõe para cada 1€ de exigibilidades a curto prazo de 2,03€. Ora, o indicador de liquidez é sempre superior a 1, o que só por si não é suficientemente esclarecedor em termos absolutos, mas é já um bom indício do equilíbrio financeiro da empresa a curto prazo.

No que corresponde à liquidez reduzida, refira-se que não existe nenhuma tendência nos diferentes horizontes de tempo em análise. De facto, este rácio, também se mantém consideravelmente superior a 1, apesar de uma ligeira descida de 2017 para 2018, descida esta muito provavelmente provocada pela diminuição das existências no total do ativo circulante da empresa. Em contexto de conjuntura económica mais difícil, este decréscimo seria preocupante, no entanto existe uma recuperação na liquidez reduzida a partir de 2019. Assim, com ambos os rácios de liquidez superiores a 1, é possível afirmar que a empresa Alfa tem as condições necessárias para liquidar os seus compromissos a curto prazo.

A fase seguinte corresponde aos rácios de funcionamento, dos quais fazem parte: (a) prazo médio de recebimentos; (b) prazo médio de pagamentos; e (c) rotação de inventários. De acordo com Neves (1996), os rácios de funcionamento apuram-se no número de dias de atividade. Para isso devem ser utilizados os valores médios, em determinada data, do balanço. Este autor refere também que só faz sentido a comparação destes rácios, entre empresas do mesmo setor, pois as condições de financiamento são muito diferentes de setor para setor. Desta forma, a seguinte análise baseia-se nas médias dos rácios de funcionamento das empresas inseridas, segundo o IAPMEI, no setor “CAE REV3: 46390 – comércio

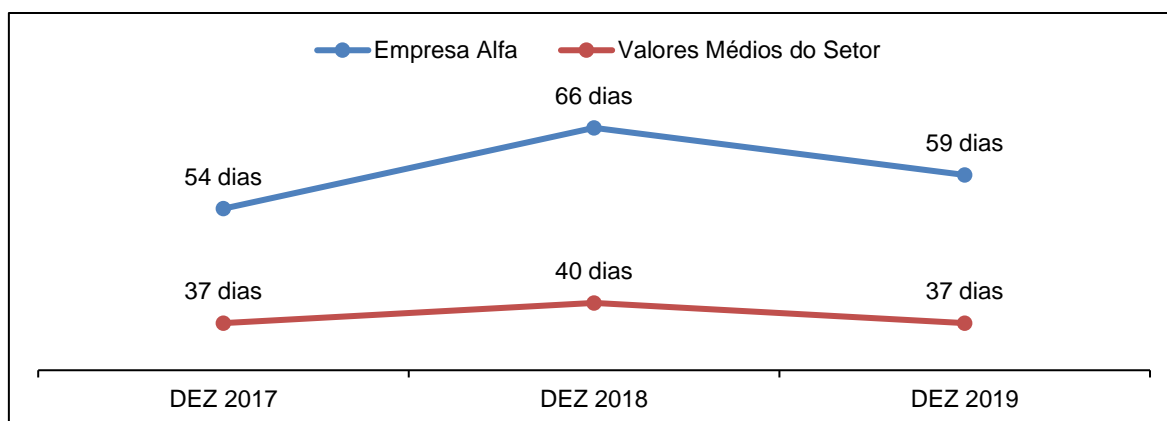
por grosso não especializado de produtos alimentares, bebidas e tabaco”, as quais são todos os anos publicadas pelo Banco de Portugal. A seguir representa-se a Tabela 10 e respetivos gráficos que ajudam a ilustrar a comparação entre os rácios de funcionamento da empresa Alfa e os valores médios dos rácios de funcionamento do seu setor de atividade ao longo dos anos de estudo.

Tabela 10: *Rácios de Funcionamento da Empresa Alfa e Valores Médios do Respetivo Setor*

Rácios de Funcionamento (n.º dias)	DEZ 2017		DEZ 2018		DEZ 2019	
	Empresa Alfa	Valores Médios do Setor	Empresa Alfa	Valores Médios do Setor	Empresa Alfa	Valores Médios do Setor
Prazo Médio de Recebimentos	54	37	66	40	59	37
Prazo Médio de Pagamentos	48	59	57	62	48	58
Prazo médio Rotação de Inventários	25	36	25	37	17	39

Fonte: Adaptado do Banco de Portugal - <https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards>

Gráfico 4: *Prazo Médio de Recebimentos da Empresa Alfa e Valores Médios do Respetivo Setor*

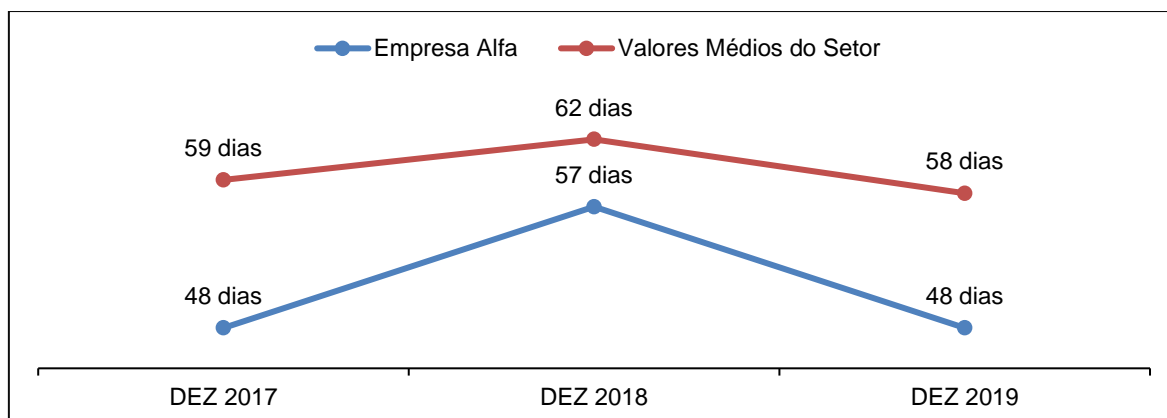


Fonte: Elaboração própria

A observação do gráfico anterior permite afirmar que os rácios do prazo médio de recebimentos da empresa estudada encontram-se, ao longo do período de tempo do estudo, significativamente superiores aos rácios médios do seu setor de atividade, principalmente no ano de 2018 onde se deteta uma diferença ainda mais considerável. Se o prazo médio de recebimentos seguisse uma tendência crescente, tal como aconteceu e 2017 para 2018, para valores demasiado

elevados, a empresa Alfa teria certamente problemas difíceis pela frente, no entanto, em 2019, essa tendência de crescimento é quebrada.

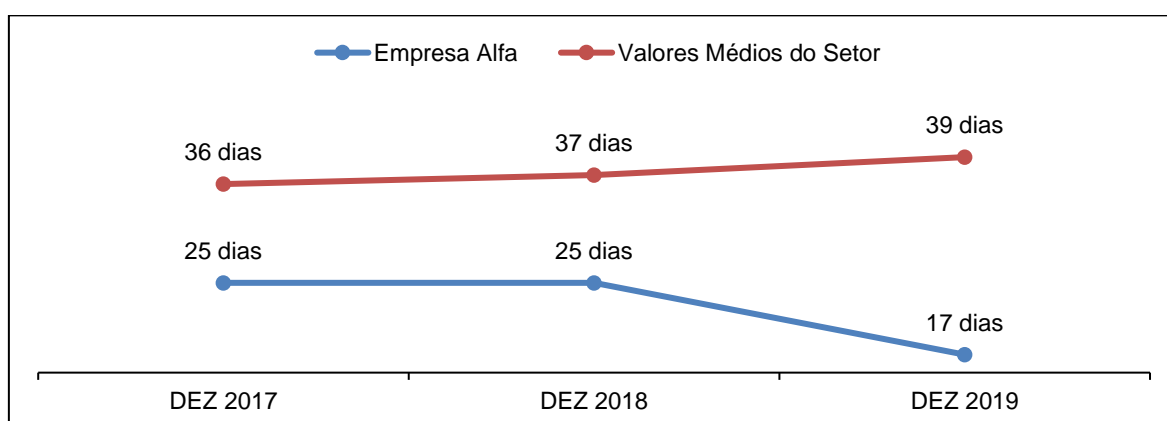
Gráfico 5: *Prazo Médio de Pagamentos da Empresa Alfa e Valores Médios do Respetivo Setor*



Fonte: Elaboração própria

Em relação aos indicadores do prazo médio de pagamentos, os rácios do setor são ligeiramente inferiores aos da empresa em estudo e essa diferença atinge uma média de 9 dias nos 3 anos em comparação. Mais uma vez, desta comparação com a média do setor, pode afirmar-se que a empresa Alfa apresenta valores piores, os quais que requerem maior fundo de maneio, portanto menos eficiência na sua estrutura de exploração.

Gráfico 6: *Prazo Médio de Rotação de Inventários da Empresa Alfa e Valores Médios do Respetivo Setor*



Fonte: Elaboração própria

Numa última comparação, os valores do prazo médio de rotação de inventários da empresa Alfa situam-se consideravelmente abaixo dos respetivos resultados dos

valores médios do seu setor de atividade. Ora, a eficiência desta empresa é inferior à média do setor pois essa variável é inversamente proporcional ao aumento dos prazos médios dos valores de rotação.

## 10.2. Equilíbrio Financeiro de Médio e Longo Prazo

Segue-se a fase de estudar os rácios de estrutura de capitais que incluem: (a) autonomia financeira; e (b) solvabilidade. Estes revelam a capacidade de gerar recursos, sem a recorrência a capitais alheios, que permitam a expansão da empresa a médio e longo prazo de forma equilibrada. Com a aplicação das respetivas fórmulas, é possível a construção de uma tabela de mutação de valores (Tabela 11), onde estão incorporados os valores dos rácios, anteriormente referidos, para diferentes anos de estudo.

Tabela 11: *Rácios de Estrutura de Capitais*

Rácios de Estrutura de Capitais (%)	2017	2018	2019
Autonomia Financeira	33,07	28,31	33,72
Solvabilidade	49,41	39,49	50,87

Fonte: Elaboração própria

A autonomia financeira é um dos rácios mais utilizados na avaliação das empresas, uma vez que informa sobre o risco de conceder crédito à própria empresa, não só por parte de instituições financeiras, mas também por parte de qualquer investidor particular. Quanto maior o valor deste indicador, maior a quota parte de financiamento por capitais próprios e, pela análise dos valores da autonomia financeira da Tabela 11, estes rondam em média os 30% nos três anos de estudo. Assim, posso afirmar que a empresa Alfa apresenta um elevado nível de endividamento, principalmente no ano de 2018 e que, consequentemente, o ativo é financiado maioritariamente com capitais alheios do que com capitais próprios. É notório dizer-se que esta empresa está altamente exposta à dependência de terceiros. Numa outra perspetiva, tendo em atenção a estrutura de capitais da empresa, verifica-se a manutenção dos níveis de solvabilidade, com destaque para o ano de 2019, que tem permitido manter o equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, podendo eventualmente atrair novos investidores.



## **11. Ilações a Retirar do Presente Caso para a Gestão Financeira**

É seguro salientar que para serem tomadas decisões económico-financeiras numa empresa é necessário avaliar e interpretar o equilíbrio da estrutura financeira da empresa a curto, médio e longo prazo, tendo como pressuposto subjacente a informação contabilística presente nas suas demonstrações financeiras. Assim sendo, após a realização deste estudo empírico, salientam-se várias ilações para a contribuição da área da gestão financeira.

Para alguns dos autores mencionados na revisão de literatura, tais como, Moreira (2001) e Saias, Amaral & Carvalho (1996), cada uma das demonstrações financeiras revela informação distinta das outras e têm também as suas próprias limitações associadas e, por isso, nenhuma só por si proporciona toda a informação que satisfaça as necessidades particulares dos utentes. Como exemplo desta teoria, durante a minha análise financeira sobressaiu, destacadamente, a conta de vendas e serviços prestados no ano de 2018, por ter um valor mais baixo em relação aos outros anos de estudo. Tendo em conta a informação presente na demonstração de resultados, por si só não foi suficiente perceber a origem desta situação e recorri ao balanço analítico, o qual me ajudou a perceber que ano de 2018 foi o único ano em que a empresa comercializou produtos acabados e intermédios.

Em matéria de fundo de maneio, por um lado, de acordo com a perspetiva de Nabais & Nabais (2005), o fundo de maneio positivo pode exprimir uma margem de segurança, mas não garante o equilíbrio financeiro da empresa. Este equilíbrio é apenas encontrado quando o valor do fundo de maneio é adequado às necessidades de fundo de maneio. Portanto, partindo da análise dos valores da empresa Alfa, posso afirmar que as condições de equilíbrio financeiro a curto prazo estão garantidas uma vez que o FM traduz valores positivos, garantindo também as NFM e, conseqüentemente, refletem uma tesouraria líquida positiva. Por outro lado, os mesmos autores indicam que as NFM refletem os impactos da rentabilidade do negócio das empresas, através dos prazos médios de recebimento, pagamento e rotação de inventários. Ora, coligando estes indicadores de funcionamento da atividade com os indicadores de tesouraria, verifico que o FM é afetado pela estrutura da exploração, já que a empresa tem prazos médios de recebimento superiores à média do setor, prazos médios de pagamento inferiores

à média do setor e maiores prazos médios rotação de inventários. Tais factos têm implicações significativas nas NFM e, por essa via, uma imobilização de capital circulante que afeta a rentabilidade. Posto isto, com o objetivo de melhorar a evolução futura da empresa, sugere-se que as elevadas NFM registadas pela empresa Alfa, comparativamente à média do seu setor, possam ser corrigidas através de uma das seguintes situações: (a) alterações ao nível da política de concessão de crédito, de forma a verem-se reduzidos os prazos médios de recebimento; (b) renegociação com os fornecedores e outros credores, de modo a dilatar o mais possível os prazos médios de pagamento.

Da análise dos 3 anos em questão, pode verificar-se que os valores obtidos em ambos os rácios e liquidez, geral e reduzida, são superiores a 1, logo a empresa possui uma margem de segurança favorável para fazer face aos seus compromissos de curto prazo, tais como, créditos concedidos por instituições financeiras. Saliencia-se uma tendência decrescente ao longo do período de análise que é justificada pela diminuição constante da rubrica das disponibilidades. Se por um lado objetivo da empresa é minimizar o volume das disponibilidades e, por conseguinte, diminuir as necessidades financiamento de curto prazo, por outro lado a redução das disponibilidades tem como consequência o aumento do rácio de prazo médio de rotação dos inventários, seguida da redução do rácio de liquidez que permite à empresa fazer faces às suas dívidas de curto prazo. Sendo assim, a empresa chegou a este contrassenso e precisa de tomar medidas rapidamente. Como recomendação para melhoria da eficiência da empresa Alfa, sugere-se que num futuro próximo seja revertida a tendência de descida das disponibilidades, com o intuito de evitar rutura de liquidez para fazer face aos compromissos de curto prazo, mais ainda sabendo que a empresa é maioritariamente constituída por capitais alheios e, portanto, é urgente que se aumentem os inventários como forma de tornar o rácio liquidez da empresa saudável. Da análise a que se procedeu verifica-se que o equilíbrio financeiro de curto prazo exige um esforço financeiro em fundo de maneo que se vem a refletir numa diminuição da rentabilidade global da empresa Alfa.

Em termos económicos, a empresa apresenta níveis baixos de rentabilidade principalmente no ano de 2018 no qual esses rácios atingiram valores negativos. Esta situação é preocupante e só não tem consequências graves porque em 2019 há recuperação desses indicadores para valores positivos. Ainda assim, o rácio dos

capitais próprios não está a um nível aceitável em relação às taxas do custo de financiamento o que leva a cabo a teoria de que o endividamento da empresa prejudica a rentabilidade dos capitais próprios e, por conseguinte, a ausência de um bom autofinanciamento. Como projeção futura, com o intuito de diminuir a dependência de capitais alheios e melhorar o desempenho económico da empresa Alfa, sugere-se a criação de condições favoráveis à entrada de novos investidores. Apesar de no ano 2018 a empresa ter tido prejuízo, manteve condições de equilíbrio de médio e longo prazo, as quais se consubstanciam nos níveis de autonomia financeira e solvabilidade que se encontram bastante estáveis ao longo do tempo. De notar que existe uma relação estreita entre a rentabilidade da empresa e o seu equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, uma vez que este só tem condições de consolidação e sustentabilidade se a empresa libertar meios financeiros, sobre a forma de autofinanciamento, cuja componente essencial é o resultado do período.

## **12. Limitações do Estudo**

Ao longo do desenvolvimento desta dissertação, foram aparecendo determinadas limitações que importa destacar nesta secção.

A informação contabilística utilizada como base de preparação para o cálculo dos rácios financeiros, resumiu-se à demonstração de resultados e ao balanço analítico e funcional, tendo ficado de fora a demonstração dos fluxos de caixa que, caso tivesse sido incluída, teria contribuído para uma análise mais detalhada.

Cada uma das demonstrações financeiras proporciona informação distinta das outras e todas elas têm as suas limitações. Por um lado, a demonstração de resultados proporciona uma imagem incompleta do desempenho. Por outro lado, o balanço regista situações patrimoniais e, por isso, não nos esclarece quanto ao modo como se formaram os resultados do exercício. Limitações estas comprovadas pelos autores Moreira (2001) e Saias, Amaral & Carvalho (1996).

Importa referir que existem inúmeros rácios económico-financeiros que não foram analisados neste estudo empírico uma vez que, foram selecionados os rácios mais importantes na ótica dos autores escolhidos para a revisão de literatura abordada. Assim, muito provavelmente, com a escolha de outro conjunto de rácios, extrair-se-iam outro tipo de conclusões relativamente ao equilíbrio financeiro de curto, médio e longo prazo da empresa em análise.

Uma vez que esta tese foi baseada num estudo de caso, o qual pressupõe uma investigação descritiva e exploratória, obteve-se informação qualitativa acerca de uma empresa. Esta metodologia qualitativa apresenta como principal desvantagem a possibilidade de originar um conhecimento demasiado específico, ou seja, com pouca validade externa e apenas relevante para a própria empresa.

Após sucessivos adiamentos na concretização desta dissertação, por motivos profissionais, a maior dificuldade sentida foi a corrida contra o tempo. Com uma maior disponibilidade teria feito um estudo científico quantitativo, definido hipóteses e interpretado resultados de uma amostragem populacional previamente triada.

### **13. Sugestões para Futura Investigação**

É importante reforçar que tendo em conta o tipo de dissertação realizada, análise de um estudo de caso, e que esta foi aplicada a um caso concreto de uma empresa, fará sentido continuar a desenvolver teses neste âmbito, uma vez que a estrutura financeira varia de empresa para empresa. Posteriormente, a comparação entre os resultados obtidos na análise desta empresa e os obtidos num eventual estudo de uma outra empresa, permitirá estabelecer semelhanças e/ou divergências nas soluções apontadas para a tomada de decisão. Para tal, sugere-se que se tome como base informação contabilística mais detalhadas, tal como, a demonstração dos fluxos de caixa.

De notar também que a demonstração de resultados utilizada foi por natureza, portanto, propõe-se que se utilize a demonstração de resultados por funções numa próxima oportunidade. Além disso, tal como enunciado anteriormente, a escolha do conjunto de rácios financeiros a analisar, influenciarão o tipo de conclusões relativamente ao equilíbrio financeiro de curto, médio e longo prazo da empresa em análise e, assim, sugere-se a utilização de outros indicadores.

O horizonte de tempo escolhido neste estudo foi de 3 anos, tendo em conta o tempo disponível para ser realizada esta dissertação. Como recomendação, seria viável o aumento do horizonte temporal para o mínimo de 5 anos, com o objetivo de revelar tendências e prevenir situações futuras indesejadas sustentadas pela análise histórica da empresa, uma vez que a análise financeira funciona como objeto preponderante na avaliação do passado e na tomada de decisões financeiras futuras.

## CONCLUSÕES

Chegado a este ponto, importa salientar que a empresa utilizada no desenvolvimento desta dissertação é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada com mais de 20 anos de existência, inserida no setor agroalimentar, classificada como uma empresa de pequena dimensão e que tem contas auditadas e certificadas, o que permite ter uma segurança reforçada sobre a fiabilidade das suas demonstrações financeiras.

Este estudo empírico teve como principal missão mostrar a importância da informação contabilística na avaliação do desempenho económico e do equilíbrio financeiro da empresa, tentando evidenciar que a partir da informação contida nas demonstrações financeiras de uma empresa, existem condições objetivas para se proceder a essa avaliação.

Na interpretação do balanço apresentam-se os meios de financiamento à disposição da empresa, agrupados em passivo (capital alheio) e capital próprio e, de imediato, pode concluir-se que a situação estrutural da empresa Alfa não é nada agradável pois, o passivo está próximo do ativo principalmente no ano de 2018.

Na relação entre o ativo e o capital próprio foi considerável a sua diferença, registando-se o valor do capital próprio inferior que por sua vez, não é suficiente para cobrir o valor do ativo. Esse facto não é necessariamente mau pois, é uma situação frequente das empresas a nível nacional.

Os níveis de autonomia e solvabilidade encontram-se bastante estáveis ao longo do tempo o que permite concluir que a empresa Alfa está estável financeiramente a médio e longo prazo.

Por último, numa perspetiva de equilíbrio financeiro de curto prazo, pode afirmar-se que a empresa Alfa não está numa situação agradável uma vez que, por um lado, ainda que as NF satisfaçam as NFM, os valores atingidos pelas NFM são francamente superiores aos valores da média do setor e, por outro lado, a tendência de descida das disponibilidades desde, pelo menos, 2017 faz com que a empresa se esteja a aproximar de um valor nulo de liquidez que não lhe permita fazer face aos compromissos de curto prazo. Pode então concluir-se, que o desempenho económico desta empresa é bastante insignificante.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, R. M., Carvalho, F., Pinheiro, P., Albuquerque, F., & Dias, A. I. (2010). *SNC explicado* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: ATF - Edições Técnicas.
- Caldeira, H. M. (1995). *Princípios de gestão financeira*. Lisboa: Editorial Presença.
- Cohen, E. (1995). *Análise financeira*. Lisboa: Editorial Presença.
- Conselho das Comunidades Europeias. (25 de Julho de 1978). Quarta Diretiva do Conselho (78/660/CEE). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.
- Conselho das Comunidades Europeias. (13 de Junho de 1983). Sétima Diretiva do Conselho (83/349/CEE). *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.
- Costa, C. B., & Alves, G. C. (2014). *Contabilidade financeira* (9<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Rei dos Livros.
- Costa, E. M. (2009). As pequenas entidades no SNC. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*(113), 56-58.
- Ferreira, L. F., & Regojo, P. (1996). A regulamentação contabilística em portugal. *Jornal de Contabilidade*(230), 3.
- Ferreira, R. F. (1992). *O plano oficial de contabilidade: ensaios e estudos críticos*. Lisboa: Fim de Século.
- Ferreira, R. F. (1997). *Retrospectiva da normalização contabilística em portugal: gestão, contabilidade e fiscalidade*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças. (7 de Setembro de 2009). Aviso n.º 15652/12009. *Diário da República*, 2<sup>a</sup> Série N.º 173, pp. 36227 - 36234.
- Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças. (29 de Julho de 2015). Aviso n.º 8259/2015. *Diário da República*, 2<sup>a</sup> Série N.º 173, pp. 20735 - 20742.
- Guimarães, J. F. (Outubro de 2007). A estrutura conceptual da contabilidade: do POC ao SNC. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, 46.
- Guimarães, J. F. (2010). Alguns dos acontecimentos mais importantes da evolução da contabilidade e da profissão de contabilista em portugal desde 1755 até hoje. *Comunicação apresentada no segundo encontro de história da contabilidade da OTOC*. 43, pp. 1-42. Lisboa e Santa Maria da Feira: 4<sup>o</sup> Versão do artigo publicado na Revista Electrónica INFOCONTAB.

- Guimarães, J. F. (2011). *Estudos sobre a normalização contabilística em Portugal*. Porto: Vida Económica.
- Machado, A. F. (1978). *Análise de balanços*. Porto: RÉ.S.
- Miller, P. W. (1990). The conceptual framework as reformation and counter reformation. *Accounting Horizons*, 4(2), p. 23.
- Ministério das Finanças. (12 de Fevereiro de 1990). Decreto-Lei n.º 44/99. *Diário da República, I Série-A N.º 36*, pp. 762-765.
- Ministério das Finanças. (20 de Abril de 2004). Decreto-Lei n.º 88/2004. *Diário da República, I Série-A N.º 93*, pp. 2374-2377.
- Ministério das Finanças. (17 de Fevereiro de 2005). Decreto-Lei, n.º 35/2005. *Diário da República, I Série-A N.º 34*, pp. 1186-1200.
- Ministério das Finanças e da Administração Pública. (13 de Julho de 2009). Decreto-Lei n.º158/2009. *Diário da República, 1ª Série N.º 133*, pp. 4375-4384.
- Ministério das Finanças e da Justiça. (2 de Julho de 1991). Decreto-Lei n.º 238/91. *Diário da República, I Série-A N.º 149*, pp. 3364-3389.
- Ministérios do Plano e Coordenação Económica e das Finanças. (7 de Fevereiro de 1977). Decreto-Lei n.º 47/77. *Diário da República, I Série N.º 31*, p. 6.
- Moreira, J. A. (2001). *Análise financeira de empresas*. Porto: Associação da Bolsa de Derivados.
- Nabais, C., & Nabais, F. (2005). *Prática contabilística*. Lisboa: LIDEL.
- Neves, J. C. (1996). *Análise financeira: técnicas fundamentais*. Lisboa: Texto Editora.
- Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia. (19 de Julho de 2002). Regulamento (CE) n.º 1606/2002. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, pp. 1-3.
- Saias, L., Carvalho, R., & Amaral, M. C. (1996). *Instrumentos fundamentais de gestão financeira*. Lisboa: Universidade Católica.
- Santos, L. L. (2002). A estrutura conceptual da contabilidade em Portugal. *IX Congresso Internacional de Contabilidade: A dinâmica do mundo e da contabilidade. Instituto Superior de Contabilidade e Administração, do Instituto Politécnico do Porto*, (p. 58). Porto.
- Trigo, F. G. (1991). El marco conceptual de la contabilidad financiera . (AECA, Ed.) *Monografías AECA*(17), p. 19.



Yin, R. K. (2009). *Case Study Research: Design and methods*. Thousand Oaks: Sage Publications.

## **WEBGRAFIA**

*Banco de Portugal - BP Stat. Acedido a 18 de junho de 2021 em <https://www.bportugal.pt/en-US/Pages/inicio.aspx>.*

*Classificação Portuguesa das Atividades Económicas. Acedido a 02 de Maio de 2021 em [https://www.ine.pt/ine\\_novidades/semin/cae/CAE\\_REV\\_3.pdf](https://www.ine.pt/ine_novidades/semin/cae/CAE_REV_3.pdf).*

*IAPMEI - Definição de PME. Acedido a 2 de Junho de 2021 em <http://www.iapmei.pt/iapmei-art-03.php?id=1790>.*

*Plano Oficial de Contabilidade - Diplomas. Acedido a 04 de Maio de 2021 em [http://www.cnc.min-financas.pt/\\_siteantigo/sitecnc\\_poc.htm](http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/sitecnc_poc.htm).*

# ANEXOS

*Anexo A: Demonstração de Resultados da Empresa Alfa*

<b>Demonstração de Resultados</b>	<b>DEZ 2017</b>	<b>DEZ 2018</b>	<b>DEZ 2019</b>
<b>Rendimentos Operacionais</b>			
Vendas e serviços prestados	6.728.902,39	6.265.292,80	6.630.686,69
Subsídios de exploração			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Proveitos Suplementares			
<b>Produção</b>	<b>6.728.902,39</b>	<b>6.265.292,80</b>	<b>6.630.686,69</b>
<b>Gastos operacionais</b>			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5.733.717,89	5.494.319,46	5.527.610,46
Fornecimentos e serviços externos	-402.012,36	-399.167,39	-584.573,83
Gastos com o pessoal	-348.779,68	-369.904,11	-346.768,05
Outros Rendimentos/ Gastos	-19.504,07	-3.214,19	-25.172,07
<b>EBITDA</b>	<b>224.888,39</b>	<b>-1.312,35</b>	<b>146.562,28</b>
Depreciações / Amortizações	-137.581,78	-139.740,98	-119.718,79
<b>EBIT</b>	<b>87.306,61</b>	<b>-141.053,33</b>	<b>26.843,49</b>
Imposto s/ EBIT	-14.346,32		-9.569,71
<b>NOPLAT</b>	<b>72.960,29</b>	<b>-141.053,33</b>	<b>17.273,78</b>
Gastos Financeiros	-24.520,09	-28.960,76	-19.518,42
Rendimentos Financeiros			
Imposto S/ gastos financeiros	4.029,17		6.958,32
<b>Resultado Líquido (Net Income)</b>	<b>52.469,37</b>	<b>-170.014,09</b>	<b>4.713,68</b>

Fonte: Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda

Anexo B: *Balanço Funcional da Empresa Alfa*

<b>Balanço Funcional</b>	<b>DEZ 2017</b>	<b>DEZ 2018</b>	<b>DEZ 2019</b>
<b>Investimento de Exploração</b>			
Activos Fixos Tangíveis	572.864,34	461.762,08	343.403,29
Activos Intangíveis			
Activos biológicos			
<b>Total</b>	<b>572.864,34</b>	<b>461.762,08</b>	<b>343.403,29</b>
<b>Investimento Extra- Exploração</b>			
Propriedades de investimento			
Goodwill	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Participações financeiras			5.815,10
Outros Activos Extra-Exploração	8.832,50	8.831,17	
<b>Total</b>	<b>33.832,50</b>	<b>33.831,17</b>	<b>30.815,10</b>
<b>Necessidades Financeiras de exploração</b>			
Inventários	391.027,00	374.261,00	263.395,04
Activos biológicos			
Clientes	1.009.864,35	1.147.139,14	1.087.809,62
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	23.740,42	32.952,83	15.306,58
Caixa e depósitos bancários ( Exploração)			
<b>Total</b>	<b>1.424.631,77</b>	<b>1.554.352,97</b>	<b>1.366.511,24</b>
<b>Liquidez Extra-exploração</b>	<b>563.455,16</b>	<b>380.633,75</b>	<b>314.144,85</b>
<b>Total das Aplicações</b>	<b>2.594.783,77</b>	<b>2.430.579,97</b>	<b>2.054.874,48</b>
<b>Capital Próprio (Equity)</b>	<b>858.130,78</b>	<b>688.116,94</b>	<b>692.831,63</b>
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Financiamentos obtidos	821.216,79	799.405,28	535.078,75
Outros			
<b>Total</b>	<b>821.216,79</b>	<b>799.405,28</b>	<b>535.078,75</b>
<b>Recursos Financeiros de exploração</b>			
Fornecedores	853.134,38	930.042,37	807.995,97
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	8.271,59	8.337,42	8.051,30
<b>Total</b>	<b>861.405,97</b>	<b>938.379,79</b>	<b>816.047,27</b>
<b>Liquidez passiva Extra-exploração</b>	<b>54.030,23</b>	<b>4.677,96</b>	<b>10.916,83</b>
<b>Total de recursos financeiros</b>	<b>2.594.783,77</b>	<b>2.430.579,97</b>	<b>2.054.874,48</b>

Fonte: Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda

*Anexo C: Balanço Analítico da Empresa Alfa*

Balanço Analítico		DEZ 2017	DEZ 2018	DEZ 2019
Conta	Descrição			
<b>43</b>	<b>Ativos Fixos Tangíveis (€)</b>	<b>1.379.751,08</b>	<b>1.408.389,80</b>	<b>1.409.749,80</b>
431	Terrenos e Recursos Naturais	27.295,91	27.295,91	27.295,91
432	Edifícios e Outras Construções	135.484,36	135.484,36	135.484,36
433	Equipamento Básico	455.580,44	460.428,44	461.788,44
434	Equipamento de Transporte	603.440,64	625.798,36	625.798,36
435	Equipamento Administrativo	92.632,65	94.065,65	94.065,65
437	Outros Ativos Fixos Tangíveis	65.317,08	65.317,08	65.317,08
<b>438</b>	<b>Depreciações Acumuladas (€)</b>	<b>-806.886,74</b>	<b>-946.627,72</b>	<b>1.066.346,51</b>
4381	Depr. Terrenos e Recursos Naturais			
4382	Depr. Edifícios e Outras Construções	-25.327,58	-31.891,01	-38.454,44
4383	Depr. Equipamento Básico	-258.730,55	-285.144,32	-310.505,09
4384	Depr. Equipamento de Transporte	-443.487,32	-534.309,90	-607.915,82
4385	Depr. Equipamento Administrativo	-47.215,61	-57.653,93	-66.753,91
4387	Depr. Outros Ativos Fixos Tangíveis	-32.125,68	-37.628,56	-42.717,25
625	Deslocações, estadias e transportes (€)	25.764,72	17.398,15	197.749,95
6251	Deslocações e estadias (€)	18.321,28	14.270,53	12.391,87
6252	Transportes de pessoal (€)			
6253	Transportes de mercadorias (€)	7.443,44	3.127,62	185.358,08

Fonte: Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda

Anexo D: *Rácios Económico-financeiros do Setor da Empresa Alfa*

Rácios Económico-financeiros	DEZ 2017	DEZ 2018	DEZ 2019
	Valores Médios	Valores Médios	Valores Médios
<b>Liquidez</b>			
Liquidez geral (%)	92,71	98,64	99,01
Liquidez reduzida (%)	65,10	76,39	68,09
<b>Estrutura financeira</b>			
Autonomia financeira (%)	26,66	25,47	30,72
Solvabilidade geral (%)	36,36	34,18	44,30
<b>Rentabilidade</b>			
Rentabilidade dos capitais próprios (%)	8,67	12,03	10,54
Rentabilidade do ativo (%)	5,88	6,13	6,78
Rentabilidade das vendas (%)	1,20	1,94	1,77
<b>Atividade</b>			
Prazo médio de recebimentos (nº dias)	37	40	37
Prazo médio de pagamentos (nº dias)	59	62	58
Prazo médio de rotação dos inventários (nº dias)	36	37	39

Fonte: Adaptado do Banco de Portugal - <https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards>. Setor de atividade da empresa Alfa: CAE REV3: 46390 – comércio por grosso não especializado de produtos alimentares, bebidas e tabaco